

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**Bancos Comunitários de Desenvolvimento:
identificação de relações estratégicas de parceria**

Nayana Frizon

São Carlos - SP

2015

NAYANA FRIZON

**Bancos Comunitários de Desenvolvimento:
identificação de relações estratégicas de parceria**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Dimensões Sociais da Ciência e da Tecnologia

Orientadora: Prof(a) Dr(a) Maria Zanin

São Carlos – SP

2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F921bc Frizon, Nayana.
Bancos comunitários de desenvolvimento : identificação
de relações estratégicas de parceria / Nayana Frizon. -- São
Carlos : UFSCar, 2015.
95 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Economia solidária. 2. Finanças. 3. Parceria. 4.
Subsídios metodológicos. 5. Bancos comunitários. I. Título.

CDD: 334.7 (20^a)

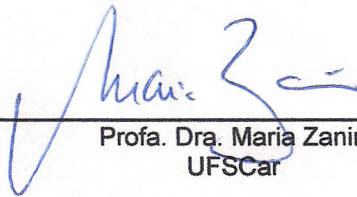


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

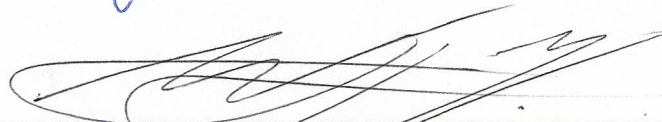
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Nayana Frizon, realizada em 27/02/2015:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Zanin', written over a horizontal line.

Profa. Dra. Maria Zanin
UFSCar

A complex, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
UFSCar

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line.

Profa. Dra. Regina Yoneko Dakuzaku Carretta
USP

Agradecimentos

Complicado falar em agradecimentos quando tantas foram as pessoas que me atravessaram, que cruzaram com os meus caminhos e contribuíram para a construção daquilo que sou hoje, daquilo que valorizo e do tipo de conhecimento que procuro disseminar e, modestamente, colaborar. No entanto, situações no decorrer desse percurso foram decisivas para que todos estes vínculos e relações fossem criados e para que a presente dissertação de mestrado fosse concluída.

Posso citar os trabalhadores do Banco Comunitário Nascente que, mesmo em meio às chuvas torrenciais são-carlenses (a Rose sabe bem), se organizaram e conseguiram participar de todos os encontros necessários para que fosse finalizada a oficina de trabalho. Impossível também é esquecer dos magníficos alimentos cozinhados pela Vera, das caronas providenciais da Nice e do incidente do ventilador, que deixou com muito calor a recém grávida Vânia.

Sinto também a necessidade de citar todos os envolvidos com o Numi-Ecosol, em especial a professora Maria Zanin e o professor Yoshiaki Shimbo, e com os coletivos que de alguma forma contribuíram para minha inserção na temática e nas vivências da economia solidária.

Por fim, cito meus pais, irmãos e amigos, pessoas que amo, e que, mesmo com as inúmeras possibilidades de distanciarmos nossos caminhos uns dos outros, mantivemo-nos próximos. Por estarem dissolvidos em um mar de diversidades e por se respeitarem mutuamente dentro de mim, tais vínculos afetivos com meus amigos (familiares ou não) traduzem grande parte do que sou e do que quis produzir com o desenvolvimento desta pesquisa. Valores como respeito, amizade, companheirismo foram e ainda são disseminados no carinho das conversas e na alegria das rodas de música. Ética, solidariedade, sensatez e coerência também foram valores criticamente construídos a partir das inúmeras discussões e, principalmente, de nossas próprias ações do cotidiano.

Por todas essas trocas, agradeço imensamente a vocês.

Memorial

Minha experiência como mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade começou de forma inusitada e improvável.

Ao final de 2010 concluí o curso de graduação em Engenharia Física na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), durante o qual desenvolvi pesquisas de iniciação científica direcionadas aos estudos dos materiais cerâmicos. Devido a isso, em 2011 ingressei como aluna especial no Programa de Pós-graduação em Ciências e Engenharia dos Materiais (PPGCEM) na mesma universidade. Uma das disciplinas cursadas neste ano como aluna especial era ministrada para dois programas de pós-graduação distintos, o PPGCEM e o Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). Foi através desse encontro que conheci o recente PPGCTS da UFSCar.

Interessada, adquiri conhecimento sobre o movimento CTS no Brasil e de imediato me identifiquei com a proposta. Desde a época de graduação me era incômodo o distanciamento que sentia entre os problemas que resolvíamos durante as aulas e os que observava durante as caminhadas pela vida e por esse país marcado pela pobreza. Que real diferença faz na vida de alguém conseguir armazenar 5G ou 500G de informações em um microdispositivo móvel? Perguntava-me eu, embebida na poeira das minhas cerâmicas.

A proposição dessa conexão entre as esferas científicas, tecnológicas e sociais me foi tão óbvia e sensata que, imediatamente, decidi de me inscrever como aluna especial no citado programa.

Durante o ano de 2012, já como aluna especial do PPGCTS, tive conhecimento sobre outro movimento que se difundia no país, a economia solidária. Tal contato se deu durante as inscrições para as disciplinas do segundo semestre, onde dentre a grade disponibilizada uma me chamou especial atenção: Economia Solidária, Ciência e Tecnologia (ESCT), ministrada pelas professoras Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado e Dra. Maria Zanin. A aparente relação paradoxal dos termos instigou-me a buscar saber mais sobre o tema da economia solidária. Acabei me encantando pela temática desde então.

No decorrer do segundo semestre de 2012 planejei ingressar como aluna regular no PPGCTS. O tema do projeto de pesquisa surgiu durante uma das aulas cursadas na disciplina ESCT onde, em uma palestra realizada no Centro Público

Municipal de Economia Solidária, tive acesso a mais um tema desconhecido: os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). O professor palestrante Dr. Yoshiaki Shimbo, membro da equipe do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar, dissertava sobre a recente experiência do Banco Comunitário Nascente, localizado na cidade de São Carlos, no território do Jardim Gonzaga. Envolvida pela experiência dos bancos comunitários, ao final da palestra fui conversar com o professor palestrante sobre a temática. Com essa proposta, ingressei como aluna regular no PPGCTS no ano de 2013.

No que tange as disciplinas cumpridas no decorrer do mestrado, ressalto a importância que tiveram na construção desse trabalho. Diversos foram os momentos em que fomentaram em mim questionamentos sobre o sentido de um fazer científico sem a participação da sociedade que recebe e assimila esse saber. Como consequência, contribuíram para que compreendesse a necessidade de se considerar também o conhecimento construído socialmente na resolução de problemas gerais, entrelaçando os saberes científicos com os empíricos populares, fertilizando assim o terreno experimental e fomentando a criação de canais para uma ciência mais cidadã. Ainda, os estudos direcionados às dinâmicas da economia solidária impulsionaram a compreensão acerca do vínculo existente entre tais práticas e a minha possibilidade de construir conhecimento científico socialmente responsável, de executar como pesquisadora meu papel social. Penso que, além dos intrínsecos benefícios espirituais que carrega consigo, tal amálgama seja imprescindível nas atuais discussões sobre a melhoria da qualidade de vida da sociedade e tem imenso potencial em contribuir para planejamentos com foco nas sociedades sustentáveis.

Devido à minha formação em engenharia, desde o início das atividades de pesquisa pude observar a escassez de trabalhos de mestrado e doutorado que discutiam formas para resolver ou mitigar as diversas dificuldades vivenciadas pelos BCDs. Nesse sentido, o viés dado às relações de parceria foi estratégico para o desenvolvimento dos estudos. Por serem inatas aos processos solidários e cooperativos, as redes são naturalmente evidenciadas como potenciais promotoras de sustentabilidade dessas práticas. Dados os inúmeros canais e fluxos possíveis nessa forma de atuação, bem como a escassez de estudos voltados para suas potencialidades na resolução dos problemas comumente experimentados pelos

bancos comunitários de desenvolvimento, o direcionamento da pesquisa nesse sentido foi incontrolável.

Ressalto ainda que, diferentemente da estruturação textual desenvolvida pela maioria dos estudos acadêmicos, optei por inserir os referenciais teóricos no decorrer do texto ao invés de isolá-los em um único capítulo. Coerentemente com os paradigmas da produção científica preconizados pela área CTS, esta estratégia foi utilizada com a intenção de manter os aspectos teóricos interligados às práticas vivenciadas no contexto social, buscando extrair da realidade observada a ciência existente nela e acostumando os leitores a criar os canais de comunicação e as bases para uma ciência socialmente robusta e legitimada junto à sociedade.

Por fim, mais do que um trabalho acadêmico que colabore com os indicadores científicos brasileiros, este estudo pretende contribuir com as experiências dos bancos comunitários de desenvolvimento de maneira clara e direta, aproximando a produção científica no sentido da solução de problemas observados na realidade e colocados pela sociedade.

Resumo

O presente trabalho analisa a temática dos bancos comunitários de desenvolvimento, entendidos como tecnologias sociais de finanças solidárias, discutidos no âmbito da economia solidária e da área Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Apesar dos intrínsecos benefícios sociais que possuem, as atuais experiências dos bancos comunitários vêm apresentando dificuldades similares. Com o intuito de entender “*em quais aspectos, relações de parcerias podem contribuir para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade?*”, buscou-se identificar as parcerias indispensáveis para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos – SP. Para desenvolver o trabalho, além de uma ampla revisão bibliográfica e análise documental, foram realizadas oficinas de trabalho com os trabalhadores do Banco Comunitário Nascente. Por meio das informações oriundas da pesquisa bibliográfica foi possível compreender o contexto histórico são-carlense e identificar eventos e atores (locais e externos) fundamentais para a existência da economia solidária e, conseqüentemente, do Banco Comunitário Nascente no município. Com as informações oriundas das oficinas de trabalho foi possível evidenciar os principais problemas a serem enfrentados, bem como analisar o impacto dos atores (locais e externos) perante tais problemas. O somatório dessas informações viabilizou a construção de uma metodologia apropriada para identificar as parcerias estratégicas a serem fomentadas/desenvolvidas pelos trabalhadores para que os problemas vivenciados durante suas atividades no banco comunitário sejam resolvidos ou mitigados. A partir dessa lógica de análise, a presente pesquisa de mestrado fornece subsídios (metodológicos e técnicos) para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento sob o viés das potencialidades das relações de parceria.

Palavras-chave: bancos comunitários de desenvolvimento, economia solidária, finanças solidárias, parcerias, subsídios metodológicos, Banco Comunitário Nascente.

Abstract

This paper analysis the community development banks concept, understood as social technologies of solidarity finances, brought up to discussion under solidarity economy and Science, Technology and Society (STS) aspects. Whilst they involve intrinsic social benefits, community banks currently experience similar challenges. Within this context, the objective of this study is built upon the following research question: “In what aspects do partnerships between the local community and supporting bodies contribute to strengthening activities of community banks for development, and, consequently, their sustainability?”, it pursued identify the most meaningful partnerships for solving the experimented difficulties by the Banco Comunitário Nascente in São Carlos – SP. To develop this paper, it had been made several workshops with the Banco Comunitário Nascente employees beyond a wide bibliographic revision and documentation analysis. Through the information achieved by the bibliographic research it was possible to comprehend the historic contest and identify events and actors (local and external) fundamental for solidarity economy existence and, there for, from the Banco Comunitário Nascente in the city. From the results obtained in the workshops it was possible to evince the principal problems to be faced, such as analyse the impacts of the local and external actors in front of these problems. These informations sum made possible a appropriate methodology construction to identify the strategical partnerships to be fomented/developed by the workers, to grant the resolution of the problems experienced during their activities at the community bank. From this analysis logic, the following master's dissertation provides aids (methodological and technical) to solve the difficulties experimented by the Community Development Banks under the potentialities of the partnerships relationships bias.

Keywords: community development banks, solidarity economy, solidarity finance, partnerships, methodological allowance, Banco Comunitário Nascente.

Índice de Ilustrações

Figura 01: Diagrama urgência x relevância, adaptada de Buarque (2006).....	55
Figura 02: Fotografia do “Diagrama Urgência x Relevância” produzido na oficina de trabalho.....	59
Figura 03: Matriz problemas x parceiros, adaptada de Buarque (2006).....	61
Figura 04: Fotografia da “Matriz Problemas x Parceiros” produzida na oficina de trabalho.....	63
Figura 05: Análise da matriz. Primeiras impressões – referencial “problemas”.....	64
Figura 06: Análise da matriz. Primeiras impressões – referencial “atores”.....	65
Figura 07: Panfletos de Divulgação Banco Comunitário Nascente.....	92

Índice de Tabelas

Tabela 01: Planilha de planejamento e execução.....	28
Tabela 02: Problemas geradores e secundários levantados na oficina de trabalho..	56
Tabela 03: Problemas geradores levantados e sua posição no diagrama.....	59
Tabela 04: Diferenciação dos atores conforme as categorias definidas.....	69
Tabela 05: Tipos de impactos identificados em cada um dos problemas.....	70
Tabela 06: Matriz de análise das influências dos grupos de atores perante os problemas do Banco Comunitário Nascente.....	72
Tabela 07: Grupos de atores e suas ações perante os problemas estratégicos.....	78
Tabela 08: Planilha de parceiros estratégicos.....	80
Tabela 09: Teses e Dissertações Bancos Comunitários de Desenvolvimento.....	93

Sumário

1	Introdução.....	13
	Pergunta de Pesquisa.....	16
	Justificativa.....	17
	Objetivos.....	21
2	Método e Procedimentos.....	23
3	A construção da economia solidária e o surgimento do Banco Comunitário Nascente em São Carlos-SP: conceitos e contextos envolvidos.....	29
	3.1 A Ciência socialmente relevante: novos paradigmas e marcos brasileiros.....	29
	3.2 O surgimento da economia solidária: organização em São Carlos – SP e no Brasil.....	32
	3.3 A formalização da economia solidária no Brasil: estratégias em redes, políticas públicas e impactos na experiência são-carlense.....	36
	3.4 O desenvolvimento das finanças solidárias em São Carlos e as experiências dos bancos comunitários.....	40
	3.5 O Banco Comunitário Nascente: estruturação e implantação.....	46
	3.6 Considerações sobre a experiência são-carlense em economia solidária.....	51
4	Dificuldades experimentadas pelo Banco Nascente e parcerias impactantes.....	54
	4.1 Construção do “Diagrama Urgência x Relevância”.....	54
	4.2 Construção da “Matriz Problemas x Parceiros”.....	61
	4.3 Análise das interações dos atores com os problemas.....	64
	4.4 Considerações sobre os problemas e parceiros impactantes.....	66
5	Proposição de parcerias estratégicas e tendências de ações para o Banco Comunitário Nascente.....	68
	5.1 Agrupamento dos Atores.....	68
	5.2 Levantamento das influências dos atores/parceiros.....	70
	5.3 Construção da Matriz de Análise.....	71

5.4 Tendências gerais de ações por grupos de atores.....	74
5.5 Tendências de ações por grupos de atores com foco nos problemas estratégicos.....	77
5.6 Proposição de parcerias estratégicas.....	79
6 Considerações Finais.....	82
Referências Bibliográficas.....	86
Anexos.....	92

1 Introdução

A sucessão de crises econômicas ao final do regime militar, as mudanças econômicas oriundas da reestruturação produtiva e a adoção das políticas neoliberais a partir do final da década de 80 incitaram no Brasil inúmeras experimentações que objetivavam desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda (SALOMÃO, 2010). Nesse ínterim, desde o final do século XX o município de São Carlos, localizado no interior de São Paulo, vem desenvolvendo diversas iniciativas econômicas com foco no trabalho associativo e coletivo organizadas segundo princípios de autonomia, gestão democrática e cooperação (CAMBIAGHI, 2012).

Nessas iniciativas, a questão da autonomia é colocada de diversas formas, desde a “autonomia decisória” referente às responsabilidades de produção e de gestão, até em questões referentes à criação de regras em torno da organização dos processos de trabalho (CARVALHO, 2004). Aspectos relativos à gestão democrática são observados na compreensão crítica e abrangente dos processos sociais pelo próprio corpo social, “operando além do formal e do burocrático e se comprometendo com o aprofundamento da participação e da composição dialógica” (SALOMÃO, 2010). Características de cooperação são observadas na “responsabilidade partilhada no processo produtivo, nas relações de confiança e reciprocidade e na paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais” (GAIGER, 1999).

Contrariamente à lógica capitalista que se alicerça ajustando os fenômenos da população aos processos econômicos, essas práticas consideram o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. A partir da década de 90 essas iniciativas foram denominadas por seus atores como práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; LAVILLE e GAIGER, 2009; SINGER, 2014).

Em São Carlos, tais iniciativas estão articuladas em cooperativas e associações¹ e são apoiadas pelas universidades locais, por organizações civis e por políticas públicas desenvolvidas pelos participantes e aprovadas na câmara

¹ Segundo o SEBRAE, “a diferença essencial entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos: as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia; já as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica e o principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado.” (SEBRAE, 2013).

municipal. Partindo de canais desenvolvidos desde a década de 90 entre universidade e comunidade local, foi organizada uma "ampla e diversificada rede de cooperação no município" (CAMBIAGUI, 2012), a qual conta atualmente com empreendimentos econômicos solidários (EES) dos ramos de artesanato, alimentação, arte/música/audiovisual, produção artística/cultural, produção agrícola, produção de bijóias, confecção, arquitetura, serviços de entrega, psicologia, coleta seletiva, produtos de limpeza, consumo consciente, além de um empreendimento financeiro solidário, o Banco Comunitário Nascente (PMSC, 2013).

O Banco Comunitário Nascente é uma associação de pessoas dos bairros Jardim Gonzaga, Vila Conceição, Vila Madre Cabrini, Pacaembu, Monte Carlos e Cruzeiro do Sul, bairros com baixos índices de desenvolvimento humano na cidade de São Carlos-SP. Este grupo se organizou para oferecer serviços financeiros e bancários à comunidade de forma simplificada e desburocratizada².

A gestão do Banco Comunitário Nascente é realizada pela própria comunidade, a qual direciona suas ações para duas categorias de serviços interligados, os propriamente financeiros e os de natureza mais pedagógica que acompanham o crédito. A primeira categoria compreende o microcrédito em moeda Real (R\$) para a produção e o microcrédito para o consumo por meio da moeda social local, denominada Vida (V\$). A segunda categoria compreende as atividades de fomento e gestão de fóruns locais, além do fomento às feiras e a outras estratégias locais de comercialização.

Nesse sentido, as principais diferenças metodológicas observadas entre a experiência do Banco Comunitário Nascente em relação à dos bancos convencionais, bem como das instituições que trabalham com microcrédito (sociedades de crédito aos microempresários, cooperativas de crédito, Banco do Povo, bancos comerciais, etc) são:

i. A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuadas pela própria organização comunitária;

ii. São utilizadas linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade;

² Texto elaborado a partir dos panfletos de divulgação do Banco Comunitário Nascente (conforme Anexos).

iii. A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico;

iv. São criados instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (SILVA JUNIOR, 2007).

Dessa forma, o Banco Comunitário Nascente é uma iniciativa que tem como objetivos disponibilizar “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda” (PASSOS, 2007) na perspectiva de reorganizar sua economia local, apoiando o desenvolvimento econômico e social do bairro do Jardim Gonzaga e seus entornos no município de São Carlos-SP.

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, existem atualmente 103 bancos comunitários de desenvolvimento distribuídos pelo território nacional (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014). Estas experiências utilizam a metodologia desenvolvida pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), localizada na cidade de Fortaleza, a qual em 1998 criou o Banco Palmas e, devido ao sucesso desse empreendimento, tal prática foi disseminada em âmbito nacional. Pelo fato de possuírem as mesmas origens, os bancos comunitários de desenvolvimento costumam apresentar dificuldades similares. Analisando tais práticas, pode-se observar um “padrão”, conforme descritas por Silva Junior (2007):

“... percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação).” (SILVA JUNIOR, 2007)

Tendo essas dificuldades em mente e analisando as experiências praticadas nas últimas décadas, Mance (2005) afirma que a solidariedade econômica em estratégias de rede tem se mostrado a melhor forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade para os empreendimentos de economia solidária, promovendo o seu crescimento orgânico e expandindo os volumes movimentados em seu interior, justamente por potencializar suas conexões e fluxos.

Enxergando esta mesma coletividade nas estratégias metodológicas para alcançar a sustentabilidade, Buarque (2006) aponta o planejamento participativo como uma contribuição fundamental para a capacitação e o desenvolvimento sociopolítico e cultural de uma sociedade, dado que estimula a aprendizagem social por meio da interação e negociação de saberes e interesses. O autor afirma ainda que, nesses processos participativos, a sociedade local tende a ampliar suas capacidades de adaptação às mudanças e de resposta aos desafios vivenciados.

Sendo assim, esse trabalho tem como hipóteses que por meio da capacidade de articulações em redes é possível mitigar/resolver as dificuldades experimentadas pelos bancos comunitários de desenvolvimento e que o planejamento participativo é uma metodologia adequada de se obter as informações necessárias para tal. Somando suas potencialidades, os resultados dessa dissertação poderiam contribuir para consolidar a metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento em saber, facilitando o intercâmbio dessas práticas e a potência que possuem em prol de um real desenvolvimento socioeconômico.

Pergunta de Pesquisa

Diante do contexto descrito, esta dissertação de mestrado constrói seu objetivo a partir do seguinte questionamento: *em quais aspectos, relações de parcerias podem contribuir para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade?*

Justificativa

O desenvolvimento da presente dissertação de mestrado justifica-se pela relevância social embutida nas ações dos bancos comunitários de desenvolvimento. Devido à sua forma de atuação, os bancos comunitários de desenvolvimento são caracterizados e conceituados como projetos que permitem que economias populares tenham acessibilidade à sistemas financeiros locais, evidenciando-se como “promotora de desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária” (SILVA JUNIOR, 2007), fomentando “relações de proximidade, confiança e de solidariedade por meio do aproveitamento das capacidades endógenas” (FRANÇA FILHO, 2011). Dessa forma, os bancos comunitários de desenvolvimento podem ser classificados como um exemplo de tecnologia social, pois se apresentam como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO..., 2007).

Ainda no que tange à relevância social dessa pesquisa de mestrado, a experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento permite novos tipos de participação social, onde “[...] os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, [...] tratam-se igualmente de cidadãos na esfera política” (LAVILLE, 2002, p.29), contribuindo para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico de desenvolvimento (LAVILLE E GAIGER, 2009). Nesse sentido, tais iniciativas propõem uma articulação entre diferentes dimensões da vida: econômica, social e política (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004) por meio de iniciativas de geração de trabalho e renda centradas no trabalho, e não no capital, com o estabelecimento de relações substantivas entre seus membros, inspirando assim novas formas de participação. A articulação dessas diferentes dimensões no interior das iniciativas solidárias tem o potencial de reconstruir o sentido do agir econômico, colocando-o a serviço de uma reprodução ampliada da vida, indo além das necessidades materiais (ARRUDA, 2003). Além de privilegiarem a propriedade coletiva, estas práticas sociais e econômicas também beneficiam a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e o cuidado com as gerações futuras (SINGER, 2002).

Outro importante aspecto desta pesquisa de mestrado é a divulgação de conhecimento socialmente relevante. Há hoje uma retomada ao enfoque nacional e local e uma busca por políticas que considerem que a configuração de um sistema depende de sua história. Essa nova concepção de ciência do século XXI admite que existam muitas formas diferentes de conhecimento e que estas se relacionam de forma variável e assimétrica (VELHO, 2011), ou seja, a ciência é culturalmente situada e construída e incorpora conhecimentos locais. Nesta nova concepção de ciência reconhece-se a participação de múltiplos atores associados em redes de configuração variável. O conhecimento se faz de forma predominantemente interdisciplinar e se dá nos locais mais variados (VELHO, 2011). Nesse novo paradigma científico, o foco das políticas é o bem-estar social. Desenvolvem-se instrumentos para garantir a participação social na definição de objetivos e instrumentos de política, assim como na disseminação de resultados. O controle da qualidade incorpora interesses sociais, econômicos e políticos.

O entendimento desse novo sentido de se fazer ciência na nossa atual sociedade permite o reconhecimento da produção, disseminação e apropriação do conhecimento científico em todas e entre todas as esferas sociais, políticas e econômicas. Este fazer científico "sem costura" (VESSURI, 1992) afirma que a ciência que só faz sentido quando desenvolvida permeando e interligando de forma crítica e consensual os interesses e objetivos de todas essas instituições produtoras de cultura e da sociedade que as recebe e assimila. A presente dissertação de mestrado se adequa a tais proposições, pois busca evidenciar e contribuir com o aperfeiçoamento de um saber desenvolvido pela sociedade e para a sociedade.

Objetivando argumentar a relevância científica da presente pesquisa de mestrado, foi realizada uma busca por teses e dissertações nacionais que se relacionassem com a temática proposta. Para isso, termos como "bancos comunitários", "finanças solidárias", "banco Palmas", "redes solidárias", "parcerias" e "economia solidária" foram arranjados e combinados utilizando-se ferramentas de buscas de anterioridade. As buscas foram realizadas no período de dezembro/2013 a junho/2014. As bases de dados utilizadas foram o Portal Capes, Portal Scielo, bem como a própria página de buscas do Google.

Os resultados das buscas remeteram à 28 trabalhos³ publicados entre 2003 e 2014. Analisando os dados bibliométricos observam-se algumas tendências:

- 53% pertencem à universidades localizadas na região nordeste do Brasil;
- 89% pertencem à programas voltados às discussões nas esferas políticas, econômicas e administrativas.

A tendência de publicações oriundas de universidades localizadas na região nordeste do Brasil pode estar relacionada à presença nessa região do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas. A partir dessa experiência, diversos outros bancos comunitários de desenvolvimento foram replicados. Devido às proximidades logísticas e às condições mais carentes na região Nordeste, existem atualmente 52 BCDs, ou seja, aproximadamente 50% do total implantado no Brasil (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014). Este resultado também pode estar associado às primeiras Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas nas Universidades do Brasil ao final da década de 90, nas quais se incluem as do Estado do Ceará e Bahia (VECCHIA et al., 2011).

A tendência de publicações oriundas de programas de pós-graduação voltados às discussões nas esferas políticas, econômicas e administrativas pode ser um reflexo da luta política que as experimentações desenvolvidas no âmbito da economia solidária fomentaram nos últimos anos. A busca pelo reconhecimento destas práticas tem mobilizado sujeitos envolvidos com o meio acadêmico e, conseqüentemente, direcionado esforços para seu fortalecimento.

Nesse sentido, destaca-se a importância do papel social das universidades na proposição e formulação de políticas públicas, fortalecendo as práticas de economia solidária por meio dos estudos metodológicos, dos indicadores levantados e da divulgação de temas de significância social e práticas há décadas experimentadas, entretanto enfraquecidas politicamente. Contudo, ressalta-se a necessidade de existirem paralelamente a estas discussões teóricas e conceituais outras discussões táticas e estratégicas, de forma a balancear o desenvolvimento dessas experiências, consolidando-as por meio da articulação entre distintas áreas de conhecimento, alimentando-as através de diversos canais.

3 Detalhes dos trabalhos apresentados nos Anexos b) Tabela 09.

Analisando as temáticas dos 28 trabalhos são observados outros aspectos:

- 18% discutem diretamente sobre soluções e subsídios para fortalecimento das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento;

- 25% dissertam sobre as relações de parceria e constituição de redes;

A partir das porcentagens acima citadas, observa-se um número relativamente pequeno de trabalhos que problematizam as experimentações dos bancos comunitários de desenvolvimento no âmbito das relações de parceria que articulam e do conhecimento que adquirem a partir dessas práticas. Outra lacuna é o baixo número de publicações voltadas à discussão de subsídios para fortalecimento e soluções de problemas e dificuldades.

Analisando os trabalhos sob o viés das áreas do conhecimento com base na classificação do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) - Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas, ficaram evidenciadas lacunas nos estudos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com presença hegemônica das Ciências Sociais Aplicadas (83% das publicações), seguida pelas Ciências Humanas (14% das publicações). Ainda que presente, a área de Engenharias contribuiu pouco para o desenvolvimento de pesquisa sobre os BCDs, com apenas uma publicação (ano de 2013) em um período de 10 anos. Sob esse olhar, seria imprescindível aprofundar estudos em outras áreas, principalmente sobre temas relacionados às metodologias e ações mais práticas e eficientes de busca pela solução dos problemas comumente vivenciados nas experiências dos bancos comunitários.

Após observar os resultados da busca em nível nacional, realizou-se uma nova busca de anterioridade com o intuito de observar o envolvimento do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da UFSCar por meio da publicação de teses e dissertações nas temáticas de economia solidária e bancos comunitários de desenvolvimento. Para isso, os termos "bancos comunitários", "economia solidária" e "CTS" foram arranjados e combinados utilizando-se ferramentas de buscas de anterioridade. A busca foi realizada no período de 01/06/2014 a 10/06/2014. A base de dados utilizada foi o Portal CAPES. Como resultados foram identificadas as seguintes características:

- o PPGCTS foi o participante mais significativo em número de publicações sobre a temática "CTS" com 10% do total de 97 registros encontrados;
- o PPGCTS foi o único a publicar trabalhos relacionando os temas "CTS" e "economia solidária" com 100% do total de 2 (dois) registros encontrados;
- o PPGCTS não possui trabalhos publicados sobre "bancos comunitários";
- não foram encontrados trabalhos que relacionem as temáticas "CTS" e "bancos comunitários".

Nesse contexto, pode-se concluir que o PPGCTS vem desenvolvendo pesquisas em nível de mestrado e doutorado que articulam as áreas CTS e economia solidária. Sendo assim, os bancos comunitários de desenvolvimento são práticas que deveriam ser abordadas e problematizadas pela grande área CTS, pois são consideradas exemplos de tecnologia social bastante difundidos entre as experiências de economia solidária (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014) e com potencial de contribuição no desenvolvimento dessas práticas e na produção de conhecimento.

A partir do exposto, justifica-se a presente pesquisa tanto pela sua relevância social quanto científica, dado que, diferentemente dos outros trabalhos encontrados, se propõe a considerar a tecnologia social dos bancos comunitários de desenvolvimento a partir das relações de parceria que estruturam e dos impactos positivos e negativos destas sobre os problemas vividos, fornecendo subsídios para a redução/mitigação de suas dificuldades e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade. Espera-se dessa forma contribuir para fortalecer práticas que sirvam de fato a um efetivo desenvolvimento social.

Objetivos

Tendo em vista a questão de pesquisa enunciada, esta pesquisa de mestrado tem como objetivo principal identificar as parcerias indispensáveis para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos – SP.

Para atingir o objetivo geral, são definidos como objetivos específicos:

i. Construir a trajetória de desenvolvimento da Economia Solidária no município de São Carlos – SP;

ii. Identificar os acontecimentos que possibilitaram a implantação do Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos – SP;

iii. Levantar e classificar as dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente;

iv. Levantar os atores/parceiros e suas ações (possíveis e/ou reais) perante as dificuldades do Banco Comunitário Nascente;

v. Analisar os resultados e considerar lacunas/possibilidades de parcerias estratégicas.

2 Método e Procedimentos

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho definiu como estratégias metodológicas sua construção a partir do método dialético, de natureza aplicada, abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e explicativos, e procedimentos bibliográficos e de estudo de caso.

Delineando as bases lógicas da investigação encontra-se o método dialético. Por “fornecer as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade” Gil (2008), a dialética é imprescindível no desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado, dado que é por meio dessa visão holística – envolvida por aspectos políticos, econômicos e culturais - do território são-carlense que será possível compreender a complexa dinâmica das práticas de economia solidária desenvolvidas no município para, posteriormente, serem identificados os acontecimentos e analisadas as articulações e as relações de parceria estabelecidas entre seus envolvidos.

Dada a vocação social intrínseca dos bancos comunitários de desenvolvimento, este trabalho é de natureza aplicada, exatamente por “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVA, 2005), envolvendo verdades e interesses locais.

A forma de abordagem do problema foi a pesquisa qualitativa. Esta estratégia de análise é justificada pelo fato deste estudo possuir como ações básicas a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados dentro do contexto das relações de parcerias estabelecidas entre o Banco Comunitário Nascente e os atores que o norteiam, considerando de forma indissociável as relações entre o mundo real e o sujeito (SILVA e MENEZES, 2005).

Devido ao tema dos bancos comunitários de desenvolvimento ainda ser pouco explorado academicamente, principalmente em suas estratégias de relações de parceria, a pesquisa exploratória é fundamental para “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (SILVA e MENEZES, 2005). Após o esclarecimento e delimitação do tema trabalhado no nível de pesquisa exploratório, será utilizado o nível de pesquisa explicativo objetivando “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008), buscando dessa forma aprofundar o

conhecimento da realidade e dos acontecimentos observados.

Coerentemente com o exposto acima, a presente dissertação de mestrado é delimitada a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, de forma que os resultados de um complementem os do outro. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” Gil (2008). O estudo de caso da experiência do Banco Comunitário Nascente no contexto do município de São Carlos – SP foi escolhido com o objetivo de complementar as informações obtidas com a pesquisa bibliográfica, dado que “investiga tal fenômeno dentro do seu contexto de realidade” (GIL, 2008) e permite o detalhamento dos problemas vivenciados e da dinâmica das relações de parceria identificadas.

Pautando-se na preocupação dessa pesquisa em construir conhecimento socialmente relevante, foi utilizada a metodologia de planejamento participativo. Tal metodologia foi escolhida por se constituir no “espaço de construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias, delimitando o terreno possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura” (BUARQUE, 2006, pg. 81). Nesse sentido, o processo de planejamento participativo “cria condições para a (re)construção da hegemonia, na medida em que articula, técnica e politicamente, os atores sociais para escolhas e opções sociais” (BUARQUE, 2006, pg. 83), sendo fundamental para “sistematizar e conferir racionalidade e interação lógica às ações e atividades diversificadas no tempo, aumentando a eficácia da ações e seus impactos positivos sobre a realidade” (BUARQUE, 2006, pg. 84).

Como procedimento para coleta de dados durante o estudo de caso, foram adotadas as oficinas de trabalho, as quais objetivam “captar e organizar a percepção dos atores e promover a negociação das visões diferenciadas, por meio da reflexão em torno dos problemas e potencialidades da realidade” (BUARQUE, pg. 123, 2006). Devido às suas características, as oficinas de trabalho são um valioso método de consulta estruturada junto à sociedade, pois “promovem uma interação e negociação de saberes e interesses, estimulando a aprendizagem social e ampliando a capacidade da sociedade local de adaptar-se aos desafios e às mudanças globais” (BUARQUE, pg. 88, 2006). Participaram das oficinas os

moradores do Jardim Gonzaga e trabalhadores do Banco Comunitário Nascente, quatro mulheres e um homem, com idades variando entre 35 e 45 anos, quatro deles envolvidos recentemente com o Banco Comunitário Nascente (menos de um ano) e apenas uma envolvida desde as primeiras iniciativas para implantação do mesmo no território em questão. As reuniões foram realizadas na sede do Banco Comunitário Nascente e no espaço comunitário da Paróquia São José, da qual fazem parte e possuem envolvimento ativo as três mulheres recentemente vinculadas com o banco comunitário local.

Com o intuito de obter as informações necessárias para realizar a análise proposta, foi preciso adaptar ferramentas de planejamento já existentes na literatura. Tais adaptações foram necessárias pelo fato da economia solidária carecer de ferramentas adequadas e coerentes com suas premissas e valores, principalmente quando são consideradas suas práticas de autogestão. Tendo isso em mente, as ferramentas divulgadas neste trabalho apresentam-se como novas tecnologias a serem absorvidas pelos praticantes da economia solidária, pois são intencionalmente didáticas e de fácil assimilação pelo corpo social, fomentando o fazer coletivo e o envolvimento de seus participantes na produção de conhecimento novo, de uma ciência mais cidadã.

Como estratégia de estruturação textual, buscou-se não isolar os referenciais teóricos em um único capítulo, mas inseri-los no decorrer de todo o texto, conforme o objeto de estudo fosse sendo apresentado. Esta estratégia foi utilizada com a intenção de manter os aspectos teóricos interligados às práticas vivenciadas no contexto social, buscando extrair da realidade observada a ciência existente nela, compatível ou não com as ciências existentes, sem adequações teóricas ou criação de exceções e sem buscar reafirmar a ciência nessa realidade. Pretende-se, de forma modesta, acostumar os leitores a criar os canais de comunicação e as bases para uma ciência socialmente robusta e legitimada junto à sociedade.

Outra consequência dessa estratégia foi o desenvolvimento do texto conforme ordem cronológica dos acontecimentos em detrimento da ordem espacial. Pelo fato de os conceitos teóricos terem sido introduzidos conforme os objetos de estudo fossem sendo apresentados, o leitor será levado a idas e vindas espacialmente distintas (Jardim Gonzaga, São Carlos e Brasil) no decorrer do texto.

Apesar de não tradicionais em pesquisas científicas, tais aspectos podem ser considerados naturais se entendermos as dinâmicas de suas conexões e fluxos como correspondentes às das próprias práticas em redes (MANCE, 2002) e das atuais concepções científicas, onde o conhecimento se constrói de forma variável, assimétrica e nos locais mais variados (VELHO, 2011).

Com o intuito principal de identificar as parcerias indispensáveis para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos-SP, os resultados desse trabalho foram apresentados em três grandes capítulos. Oriundo da pesquisa bibliográfica realizada, o primeiro capítulo se propôs a compreender o desenvolvimento da economia solidária em São Carlos-SP, levantando particularidades e condições para a existência do Banco Comunitário Nascente no município. Decorrente da pesquisa de campo realizada, o segundo capítulo foi construído a partir das informações obtidas na oficina com os trabalhadores do Banco Comunitário Nascente, propondo-se a evidenciar os principais problemas/dificuldades a serem enfrentados, além de apresentar as parcerias impactantes nesse processo. Coerentemente com os valores propostos nesse trabalho, o terceiro capítulo foi desenvolvido com o intuito de construir ciência socialmente relevante a partir da análise dos conteúdos trabalhados e da apresentação de parcerias estratégicas para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente. Importante ressaltar que a metodologia para identificação de relações estratégicas de parceria apresentada nesse trabalho adequa-se também às outras práticas de economia solidária, atuando para além dos bancos comunitários.

A partir da estratégia metodológica esclarecida o presente estudo buscou resolver seu problema de pesquisa atingindo seus objetivos e, conseqüentemente, os resultados esperados, conforme síntese ilustrada na tabela 01. Para sua compreensão é importante primeiramente diferenciar os tipos de parcerias considerados:

- parcerias impactantes: atores com maior poder de impacto perante os problemas do banco comunitário, identificados pelos participantes logo que finalizada a segunda etapa da oficina de trabalho a partir da visualização total da "matriz problemas x atores" e da identificação dos atores com maior número de papéis verdes (atores que mais ajudam a reduzir os problemas) e dos atores com

maior número de papéis laranjas (atores com maiores possibilidades de apoiar a reduzir os problemas);

- parcerias estratégicas: atores com poder de impacto estratégico perante os problemas do banco comunitário, identificados por meio da compreensão conjunta das análises realizadas na "matriz de análise", uma delas apresentando uma visão geral das tendências de ação dos atores perante os problemas, outra focando na interação dos atores somente com os problemas estratégicos (obtidos no "diagrama urgência x relevância");

- parcerias indispensáveis: atores considerados indispensáveis para a resolução/mitigação dos problemas do banco comunitário, identificados por meio de considerações sobre os problemas impactantes e estratégicos apresentados e sobre o contexto histórico e político do Banco Comunitário Nascente.

Tabela 01: Planilha de planejamento e execução.

Pergunta de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Métodos	Resultados Esperados Parciais	Resultados Esperados
Em quais aspectos, relações de parcerias podem contribuir para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade?	Identificar as parcerias indispensáveis para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos – SP.	Construir a trajetória de desenvolvimento da Economia Solidária no município de São Carlos – SP.	Pesquisa Bibliográfica	Compreender o desenvolvimento da Economia Solidária em São Carlos – SP.	Fornecer subsídios (metodológicos e técnicos) para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento sob o viés das potencialidades das relações de parceria.
		Identificar os acontecimentos que possibilitaram a implantação do Banco Comunitário Nascente no município de São Carlos – SP.		Levantar particularidades e condições para a existência do Banco Comunitário Nascente em São Carlos – SP.	
		Levantar e classificar as dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente.	Oficina de Trabalho	Evidenciar os principais problemas/dificuldades a serem enfrentados a partir de uma visão estratégica.	
		Levantar os atores/parceiros e suas ações (possíveis e/ou reais) perante as dificuldades do Banco Comunitário Nascente.		Analisar a interação dos atores com os problemas e evidenciar parcerias impactantes.	
		Analisar os resultados e considerar lacunas/possibilidades de parcerias estratégicas.	Análise de Conteúdo	Apresentar parcerias estratégicas para resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente.	

3 A construção da economia solidária e o surgimento do Banco Comunitário Nascente em São Carlos-SP: conceitos e contextos envolvidos

Este primeiro capítulo tem como objetivos construir a trajetória do desenvolvimento da economia solidária em São Carlos-SP e identificar os acontecimentos que possibilitaram a implantação do Banco Comunitário Nascente no município. Para alcançá-los, serão abordados temas acerca dos novos paradigmas da produção científica mundial, do surgimento e formalização das experiências brasileiras de economia solidária, do desenvolvimento das finanças solidárias em São Carlos-SP e da consequente implantação do Banco Comunitário Nascente em um bolsão de pobreza localizado no município. Ao final deste capítulo serão apresentadas considerações acerca da trajetória da economia solidária no município de São Carlos-SP.

3.1 A Ciência socialmente relevante: novos paradigmas e marcos brasileiros

Conforme observado nas últimas décadas, acontece em âmbito mundial um movimento de problematização do papel social na construção do conhecimento científico. Essa problematização se iniciou no período anterior à segunda grande guerra, onde o clima de desilusão com a cultura científica e a recessão econômica oriundos da Primeira Guerra Mundial abalaram a crença de que a ciência conduziria sempre ao progresso da humanidade. Dentro desse contexto, a demonstração dos efeitos destrutivos da utilização de certas tecnologias inaugura uma reflexão nova sobre a técnica (HAYASHI, 2010).

No íterim pós-guerra, os métodos de avaliação das atividades científicas e previsão de seus avanços foram fortemente influenciados pela teoria econômica, sendo a produção do conhecimento cada vez mais planejada e internalizada como função estatal. Nesse contexto, a neutralidade científica era permeada e transbordada pelos interesses governamentais em legislar sobre a ciência e produzir *accountability*⁴ (ZACKIEWICZ, 2003). Dessa forma, o pós segunda guerra impulsiona a sensação de que a pesquisa científica precisava ser incentivada, planejada e utilizada como fator de desenvolvimento econômico e social. Essa época caracteriza-se pelo questionamento acerca do poder que a atividade científica

4 *Accountability* pode ser entendida como "a obrigação, a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei" (PINHO e SACRAMENTO, 2009).

exercia nas transformações sociais (HAYASHI, 2010).

A partir da década de 50 surge a teoria sistêmica, sendo esta um conjunto de enfoques e modelos que procuravam superar as limitações do paradigma mecanicista nas ciências e apontar novos caminhos para a investigação nas fronteiras interdisciplinares (ZACKIEWICZ, 2003). Nesse contexto, aprofundam-se discussões e críticas quanto ao dever da produção de tecnologia em contribuir com o saber para o bem comum, ou seja, em transformar o saber científico em artefatos e procedimentos úteis à sociedade. Ainda, apontam o uso, a apropriação e as consequências dessas novas tecnologias como questões políticas para serem discutidas entre as diversas esferas administrativa, econômica, social e ambiental envolvidas (ZACKIEWICZ, 2003).

Somente na década de 70, o conhecimento científico passa a ser considerado como o resultado de práticas sociais, ou seja, "se as tecnologias são produtos sociais, o planejamento quanto aos seus rumos deve ser negociado socialmente para ser efetivo" (ZACKIEWICZ, 2003).

As décadas de 80 e 90 se encontram justamente neste cenário de transição, onde a ciência passa a ser enxergada como fonte de oportunidades estratégicas. Nesse contexto, reconhece-se que o conhecimento é produzido na interface das relações entre agentes múltiplos. Sendo colocada na estrutura social, a produção de conhecimento se dá em locais multivariados (VELHO, 2011). Estudos com características multidisciplinares parecem se tornar cada vez mais importantes e prevalentes. Dessa forma, a unidade básica de produção do conhecimento não é mais a comunidade científica, mas as chamadas comunidades transepistêmicas⁵ (VELHO, 2011).

Nesse contexto, desenvolveram-se diversos modelos explicativos da relação entre Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade, todos eles com ênfase na interação entre os vários atores que podem se articular para produzir e usar conhecimento novo. Dessa forma, a ciência ao final do século XX migra de um

⁵ Traduzindo o conceito de arenas transepistêmicas dado por Knorr-Cetina, Hochman (1994) esclarece: "O trabalho científico é perpassado e sustentado por relações a atividades que transcendem o laboratório. Os cientistas percebem-se envolvidos em arenas que são transepistêmicas por envolverem uma combinação de pessoas e argumentos. [...] Elas são transepistêmicas porque também os cientistas estão envolvidos em trocas, desempenhando também papéis não científicos. [...] O caráter transepistêmico está na negociação entre diferentes agentes sobre os problemas da pesquisa, como ele pode ser solucionado e avaliado" (HOCHMAN, 1994).

modelo disciplinar orientado a partir de prioridades definidas pela comunidade acadêmica para um modelo transdisciplinar orientado para a solução de problemas colocados pela sociedade (BALBACHEVSKY, 2011).

Permeados por estas novas concepções encontravam-se os pesquisadores das universidades do Brasil. Embebidos no contexto de crise fiscal que assolou os países da América Latina nos anos 80 e 90, tais sujeitos iniciaram de forma efetiva sua interação com o ambiente externo tanto pela necessidade de obter recursos para infraestrutura e manutenção de suas pesquisas quanto pela inquietação que possuíam acerca da percepção de uma responsabilidade social da ciência, do potencial papel que a ciência possuía em países marcados por situações de pobreza e desigualdades sociais (BALBACHEVSKY, 2011).

Um marco desse reposicionamento social das universidades brasileiras foi a criação em 1995 da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pelos professores e alunos integrantes da Coordenação de Programas de Pós-Graduação da Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ). Originada do “questionamento acerca da utilização das tecnologias pesquisadas pela universidade para a resolução de problemas sociais existentes no Brasil”, esse projeto tinha como objetivo “disponibilizar o conhecimento acadêmico às cooperativas populares, contribuindo com a formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, solidárias e viáveis na perspectiva econômica” (RUWER, 2011, pg. 67). Os resultados positivos desta experiência motivaram a implantação de diversas ITCPs em outras universidades do Brasil, as quais em 1999 se organizaram e criaram a Rede Universitária de ITCPs (PORTAL DO COOPERATISMO POPULAR, 2013).

Outro marco contemporâneo dessa ressignificação do papel da universidade foi a criação em 1996 da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO. As discussões se iniciaram em 1992 envolvendo reitores, professores universitários e dirigentes sindicais (UNITRABALHO, 2013) com o interesse de promover e apoiar a “difusão social do conhecimento acerca do tema Trabalho e de seus temas correlatos e afins, promovendo o desenvolvimento econômico justo e sustentável, em benefício dos trabalhadores e trabalhadoras” (UNITRABALHO, 2007, pg. 3). Importante aqui destacar a presença da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na constituição da Fundação UNITRABALHO por

meio da importante atuação do então reitor desta universidade Newton Lima (1992 – 1996) na presidência e na direção executiva da Fundação. Esse vínculo entre a UNITRABALHO e a UFSCar foi um importante canal para a criação em 1999 da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar, a INCOOP-UFSCar, a qual foi criada e inserida na Rede Universitária de ITCPs (CAPACLE, 2010).

3.2 O surgimento da economia solidária: organização em São Carlos – SP e no Brasil

A cidade de São Carlos possui um desenvolvimento tipicamente industrial que se iniciou na década de 30, impulsionado principalmente pela forte cultura cafeeira presente na região. Dentro desse contexto, duas grandes indústrias foram inauguradas no município, a fabricante de refrigeradores Clímax na década de 50 e a Companhia Brasileira de Tratores (CBT) no ano de 1961. As duas empresas foram durante muitos anos as maiores empregadoras da cidade. Ainda, graças ao perfil industrial do município e às influências políticas locais (IBGE, 2014), duas universidades públicas foram inauguradas neste período: em 1953 a Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP) e em 1968 a UFSCar.

Com a crise do modelo nacional desenvolvimentista na década de 80 somada à crise do governo neo-liberal do presidente Collor na década de 90, iniciou-se um processo de falência das grandes indústrias empregadoras do município. Em 1995 ocorreu o fechamento da CBT. Em 1997 ocorreu a venda da Clímax. Juntas as empresas reduziram cerca de 10 mil postos de trabalho na cidade (OLIVEIRA, 2012), o que provocou uma grande crise de emprego em São Carlos e, conseqüentemente, o avanço no dessalariamento e de formas precárias de ocupação. Também observada no Brasil, essa conjuntura de desemprego levou trabalhadores a abdicarem dos seus direitos para garantir sua sobrevivência.

Tendo em vista esse contexto, o Departamento de Ciências Sociais da UFSCar realizou em 1994 um estudo que identificou os bolsões de pobreza no município de São Carlos. Identificado nesse mapa, o bairro do Jardim Gonzaga e seus entornos é desde 1999 alvo de atuação da INCOOP-UFSCar (INSTITUTO, 2010).

Dois anos após a criação da INCOOP – UFSCar, Newton Lima (ex-reitor da UFSCar) assumiu em 2001 o cargo de prefeito da cidade de São Carlos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa conjuntura foi determinante para que práticas envolvidas com a economia solidária fossem transformadas em políticas públicas municipais.

Fundamental ator nesse processo, o PT foi fundado em 1980 por membros da classe operária, sindicalistas, intelectuais e outras lideranças de movimentos sociais e políticos que manifestavam a “necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (MANIFESTO PT, 1980, pg. 1). Com seu discurso socialista democrático o PT se propôs a lutar “por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política” das massas populares trabalhadoras (CARTA DE PRINCÍPIOS PT, 1979, pg. 6). Somados ao histórico de luta social, o PT teve relação direta com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 (CENTRO, 2013) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 (SANTOS, 2005).

Desde suas origens, tanto a CUT quanto o MST protagonizaram reivindicações por um novo espaço de participação e independência política das massas populares no Brasil. Nesse sentido, juntamente com outras entidades da sociedade civil, o MST e a CUT participaram da organização do primeiro Fórum Social Mundial (I FSM) realizado em 2001 em Porto Alegre – RS. Este evento teve como propósito ser “um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais” (LEITE, 2003, pg. 64). Com a participação de quatro mil delegados, 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas, além de um número desconhecido de participantes eventuais, o I FSM teve relevância significativa para o movimento de economia solidária que se constituía no país, o qual se concretizou como um dos assuntos centrais debatidos entre as 16 plenárias e as 400 oficinas realizadas (LEITE, 2003). Criado em um desses encontros, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) era representado, dentre outras entidades e organizações, pela Fundação UNITRABALHO, pela Rede Universitária de ITCPs, pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT e pela Confederação das Cooperativas de

Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB vinculada ao MST (FBES, 2013).

A criação do GT Brasileiro durante o I FSM foi primordial para o alinhamento, formalização e disseminação do saber de Economia Solidária que vinha sendo desenvolvido por seus praticantes desde a década de 90. A articulação e discussão da enorme diversidade de práticas até então experimentadas contribuíram para a construção da identidade do campo da Economia Solidária e para a compreensão e consensualização do seu conceito a partir de alguns pontos de convergência, conforme descritos da Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2014):

i. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;

ii. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular;

iii. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;

iv. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;

v. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;

vi. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Sob esse olhar, são particularidades que caracterizam a Economia Solidária a coexistência simultânea de diferentes princípios econômicos e a ideia de construção conjunta de oferta e demanda (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2006). Na primeira, a tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária⁶ se dá sob uma nova forma de economia que viria se acrescentar às suas formas dominantes (FRANÇA FILHO, 2007), sendo um tipo de produção e distribuição de riqueza que se articula com mercado, contudo subordinando-o aos princípios da ação coletiva com um forte senso de cidadania (ARRUDA, 2003; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; LAVILLE E GAIGER, 2009; SINGER, 2003). No segundo, tais construções coletivas acontecem em espaços públicos de proximidade nas quais se exercitaria a dimensão política das experiências solidárias (COSTA, 2011).

Importante destacar que, desde seu início, todas as discussões que vinham sendo articuladas pelo GT Brasileiro apontavam para a necessidade de se combinar os esforços dos EES com políticas públicas que reconhecessem e fomentassem a Economia Solidária como uma estratégia política de desenvolvimento (FBES, 2014).

Toda essa conjuntura acarretou um momento político singular para a cidade de São Carlos em 2001: a vitória nas eleições municipais de um partido político defensor das massas populares trabalhistas e envolvido com a criação de entidades como a CUT e o MST; a representação desse partido pelo ex-reitor de uma universidade local filiada à Fundação UNITRABALHO (entidade na qual o mesmo havia sido presidente e diretor executivo); e a presença nesta universidade de uma atuante incubadora pertencente à Rede Universitária de ITCPs. Salienta-se que todas estas entidades se encontravam envolvidas com o movimento de economia solidária no Brasil.

Como consequência da tessitura desses vínculos, o prefeito de São Carlos Newton Lima iniciou um projeto de fomento à criação de políticas públicas em economia solidária na cidade de São Carlos por meio da inauguração da Seção de Fomento à Economia Solidária em 2002 e, no ano seguinte, incluindo a prefeitura de

⁶ **Economia Mercantil:** Fundada no princípio do mercado auto-regulado, com a troca marcada pela impessoalidade e pela equivalência monetária. **Economia Não-mercantil:** Fundada no princípio da redistribuição, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório. **Economia Não-monetária:** Fundada sobretudo na reciprocidade, perenizando os laços sociais através de relações que privilegiam a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem (SILVA JUNIOR, 2007).

São Carlos na Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (CAMBIAGUI, 2012).

3.3 A formalização da economia solidária no Brasil: estratégias em redes, políticas públicas e impactos na experiência são-carlense

De acordo com o observado no decorrer dessa pesquisa, a estratégia de atuação em redes tem sido determinante para o desenvolvimento e consolidação da Economia Solidária, tanto em seu caráter de articulação social e política quanto oferecendo suporte econômico, conectando os vários elos da cadeia produtiva e/ou reunindo integrantes de um mesmo segmento. Nesse sentido, a noção de rede tem implicações nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese⁷ e na potencialidade de transformação de cada parte e de todo o conjunto por meio dos fluxos que circulam através de toda a rede (MANCE, 2002).

Sob o olhar da economia solidária, a noção de rede compreende “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável antagônico ao capitalismo” (MANCE, 2002). Nesse sentido, as redes de colaboração solidária permitem aglutinar diversos atores sociais num movimento orgânico em prol de atender suas demandas imediatas por emprego de sua força de trabalho, por satisfação de suas demandas por consumo e pela afirmação de sua singularidade. Assim, permitem implementar uma “nova forma pós-capitalista de produzir, consumir e de organizar a vida coletiva, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas” (MANCE, 2001).

Conforme esclarecido por Mance (2002), as propriedades básicas dessas redes solidárias são autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. Entre suas características de gestão estão a descentralização, a gestão participativa, a coordenação e regionalização, as quais visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo.

⁷ O conceito de “autopoiese” foi introduzido por Maturana e Varela (1973) para caracterizar os seres vivos, enquanto sistemas que produzem a si próprios.

Nesse sentido, tais redes de colaboração solidária, atuando sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades, se mostram como metodologias essenciais para que aconteçam avanços na construção de uma nova formação social (MANCE, 2001). Como consequência de suas possibilidades, o conceito de redes foi incorporado pelos praticantes da economia solidária, inserindo as relações de parcerias nas estratégias de consolidação e sustentabilidade das experimentações.

Contemporaneamente a São Carlos, outros municípios e estados fomentavam e criavam políticas públicas de economia solidária, como por exemplo, os municípios de Porto Alegre – RS, São Paulo – SP, Recife – PE, Belém – PA e o governo do estado do RS (SENAES, 2012). Embalados pelo movimento mundial para a inclusão social e para o desenvolvimento sustentável, bem como pelas inúmeras dificuldades políticas e burocráticas vividas pelas experimentações em economia solidária, esses atores governamentais aliados aos diversos atores sociais envolvidos nos EES desenvolveram estratégias para que as políticas públicas de economia solidária deixassem de ser políticas de Governo e passassem a ser políticas de Estado. Essas pretensões surgiram quando o candidato do PT Luiz Inácio “Lula” da Silva ganhou as eleições para presidência da república em 2002.

Como estratégias, além das plenárias nacionais, estaduais e municipais para discussão e construção de uma plataforma política de economia solidária, o GT Brasileiro, em consonância com os envolvidos no movimento, elaborou um documento nomeado “Carta ao Governo Lula” apresentando as diretrizes gerais da economia solidária e solicitando a criação de uma secretaria nacional de economia solidária (SENAES, 2012).

Após a análise da proposta, o governo nacional aprovou em 2003 a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual foi inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES, 2012). Foucault (1979) contribui para o entendimento desse momento de ruptura quando afirma que “é focalizando as técnicas de poder e mostrando os lucros econômicos ou as utilidades públicas que delas derivam, num determinado contexto e por determinadas razões, que se pode compreender como estes mecanismos acabam efetivamente fazendo parte do conjunto” (FOUCAULT, 1979, pg. 185). Ao que parece, este mecanismo de poder acabou sendo incluído no conjunto de poderes estatais devido aos resultados

economicamente vantajosos e politicamente úteis que os empreendimentos econômicos solidários apresentavam, principalmente em suas ações de inclusão social e de desenvolvimento sustentável.

No que tange à atuação da SENAES⁸, pode-se aqui apontar uma intervenção do Estado brasileiro não no sentido de reprimir, mas no sentido de regular e gerir os interesses do grande número de envolvidos no movimento da economia solidária. Em outras palavras, um tipo de governamentalidade que respeitou esse processo natural⁹ de construção dos saberes econômicos solidários, se propondo a levá-los em conta e a agir com eles. Para Foucault, esse tipo de governamentalidade é absolutamente indispensável para os governos da modernidade, os quais devem gerir a sociedade “de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais” (FOUCAULT, 2008, pg.474).

No mesmo dia de criação da SENAES foi também criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), incumbido de “articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país” e de ser o interlocutor com a SENAES, além de se comprometer em “promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência” (FBES, 2013).

Ao que parece, esta insurreição dos saberes populares de forma socialmente organizada e articulada tornou-os capazes de oposição e de luta contra a coerção do discurso teórico, unitário, formal e científico, contra os efeitos de poder centralizadores ligados às instituições e ao discurso científico. Esse processo genealógico de luta (FOUCAULT, 1979, pg. 171) que utilizou a vida como objeto político¹⁰, permitiu que essas formas de poder-saber envolvidas com a economia solidária (que funcionavam a partir de instrumentos próprios, de uma lógica própria) respondessem a determinadas necessidades fundamentais da vida e,

8 Ver detalhamento das atribuições da SENAES em (PORTAL MTE, 2013).

9 Para Foucault, esses processos naturais “não são processos da própria natureza, entendida como a natureza do mundo, é uma naturalidade específica das relações dos homens entre si, ao que acontece espontaneamente quando eles coabitam, quando estão juntos, quando intercambiam, quando trabalham, quando produzem” (FOUCAULT, 2008, pg. 470).

10 Conforme descrito por Foucault, “desde o século passado [...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida. [...] a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la [...] esta foi a réplica política de todos esses novos procedimentos de poder” (FOUCAULT, 1988, pg. 136).

consequentemente, fizessem efeito no nível da infraestrutura política nacional.

Com a criação da SENAES, as políticas públicas de economia solidária no município de São Carlos foram impulsionadas ao desenvolvimento. Logo em 2004, Newton Lima criou pela Lei nº 13.486/2004 o Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, a qual objetivava promover “ações municipais integradas de economia solidária para o desenvolvimento local” com vistas à “superação da situação de extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda”, contribuindo para o “fortalecimento da organização social e política da comunidade” e para o “controle social da política pública de fomento à economia solidária, buscando a inclusão e o acesso à cidadania” (PMSC, 2013).

Nesse íterim, uma situação particular aconteceu no município de São Carlos: por meio de licitações públicas a prefeitura assinou contratos de prestação de serviços com cooperativas locais, principalmente com a Cooperlimp¹¹ em 2004 (INSTITUTO, 2010). Este acontecimento é importante, já que pela lei federal nº 5.764 de 16 dezembro 1971 (ainda vigente na época e atualizada somente em 2012 pela lei federal nº 12.690/2012), as cooperativas eram impedidas de participar de licitações públicas. Ainda nessa conjuntura, destaca-se aqui a criação da lei municipal nº 13.457/2004 que altera a legislação sobre tratamento de resíduos sólidos, permitindo que o Poder Executivo firmasse convênios com associações e cooperativas de coletores de materiais recicláveis do município (PMSC, 2013a). Essa lei antecipa a lei federal nº 11.445/2007, que somente em 2007 permitiu que o poder público contratasse, com dispensa de licitação, cooperativas de catadores para operação de sistemas de coleta seletiva.

No período de 1999 a 2006, a INCOOP/UFSCar centralizou sua atuação na incubação de empreendimentos de economia solidária (EES) em diversos territórios, atuando em outros municípios, realizando articulações com diversos parceiros e contribuindo, como consequência, para a criação e consolidação de aproximadamente 20 EES em diferentes cadeias produtivas (CAMBIAGHI, 2012; PIRES, 2010). Entretanto, devido a esses novos acontecimentos, a partir de 2007 a INCOOP/UFSCar muda sua estratégia de ação, passando a atuar de forma

¹¹ A Cooperlimp foi uma cooperativa de limpeza incubada pela INCOOP/UFSCar no território do Jardim Gonzada. Logo que nasceu em 1999, a cooperativa firmou seu primeiro contrato com a própria UFSCar para a realização de serviços de limpeza no restaurante universitário (CARRETTA, 2001).

preferencial nos territórios incubados que apresentavam um potencial para ampliação e consolidação de iniciativas em Economia Solidária com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial. Dentro desse contexto, os objetivos primeiros desta incubadora universitária foram direcionados a fortalecer e consolidar os EES existentes no território do Jardim Gonzaga e seus entornos para que, em um momento posterior, estes pudessem se sustentar e se estabelecer com maior protagonismo (ZANIN, 2011).

3.4 O desenvolvimento das finanças solidárias em São Carlos e as experiências dos bancos comunitários

Objetivando alcançar as novas metas estipuladas a partir de 2007, membros da equipe da INCOOP/UFSCar, pessoas que compunham os empreendimentos econômicos solidários e outros atores sociais iniciaram no território escolhido um trabalho de apontamento das necessidades, caracterização das demandas existentes, identificação de recursos e oportunidades instalados ou que poderiam ser disponibilizados por parceiros, e definição de cadeias produtivas a serem promovidas na região por meio da constituição de novos empreendimentos solidários (CORTEGOSO, 2009). Conforme esclarecido pelos desenvolvedores destas atividades:

“Em um período de seis meses, e contando com recursos advindos de agências de financiamento específico para atividades de incubadoras (PRONINC) e de pesquisa (FAPESP), foi possível estabelecer parcerias com mais de vinte atores sociais, entre setores da prefeitura municipal (além do próprio governo municipal), grupos religiosos, empreendimentos solidários, setores universitários e organizações sociais com objetos diversos, bem como propostas cadeias de referência para estudos de viabilidade e implantação de iniciativas solidárias, nas áreas de limpeza, alimentação, atenção a pessoas, serviço de logística, viveiro de mudas, produção de pequenos objetos de madeira, cultura entre outras.” (CORTEGOSO, 2009)

Como eixo transversal e estratégico deste projeto, os sujeitos envolvidos definiram como foco o desenvolvimento de iniciativas em finanças solidárias. Segundo Coelho (2003), finanças solidárias são entendidas como:

“a constituição de formas de democratização do sistema financeiro quando se procura adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável.” (COELHO, 2003).

Devido ao seu objetivo de democratizar o acesso aos recursos financeiros por meio da disponibilização de recursos monetários a pessoas não atendidas pelo sistema financeiro convencional, essas iniciativas de finanças solidárias possuem potencial para ampliar as condições de sustentabilidade das atividades econômicas, reter recursos financeiros no território e estabelecer condições para, a partir das mudanças culturais fomentadas, ampliar as práticas de solidariedade, confiança e cooperação, potencializando a integração social e as relações comunitárias. Nesse sentido, iniciativas de finanças solidárias podem estimular a criação e o fortalecimento de uma rede local de produção, comercialização e consumo, promovendo o desenvolvimento local e endógeno do território. Segundo os envolvidos nesse processo, esperava-se com essas práticas “não só aumentar os níveis de qualidade de vida e bem estar da referida comunidade em suas várias dimensões (econômica, social, ambiental e cultural), mas também que esta [pudesse] atuar enquanto protagonista de tal processo.” (CORTEGOSO, 2009).

A partir do exame das condições disponíveis no território, os envolvidos propuseram três diferentes sub-metas de ação: “a) Implementação de Feiras de Trocas¹² no território, com estudo da viabilidade de que esta viesse a ser uma

12 As Feiras de Trocas Solidárias são espaços em que é organizada a troca de produtos, serviços e

atividade permanente; b) Estudo de viabilidade de implantação de um Banco de Serviços Solidários (banco de tempo)¹³, e c) Estudo de viabilidade de implantação de um Banco Comunitário.” (CORTEGOSO, 2009). Estas eram práticas que haviam sido experimentadas em outros territórios e se encontravam bem caracterizadas e conceituadas no âmbito do saber da Economia Solidária desenvolvido e disseminado nacionalmente. Nesse contexto, a importância das experiências dos bancos comunitários de desenvolvimento reside no fato de serem considerados como o serviço *sui generis* das finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios.

No Brasil, os bancos comunitários nasceram da experiência vivida pelos moradores de uma região pobre de Fortaleza – CE, o conjunto Palmeiras. Os primeiros moradores do Conjunto Palmeiras chegaram em 1973, oriundos da região litorânea de Fortaleza. Estes haviam sido deslocados pela Prefeitura para o referido conjunto, uma área deserta e pantanosa, 18 km distante do centro da cidade, onde não havia abastecimento de água nem qualquer infraestrutura adequada de moradia. Diante do descaso do poder público, “a comunidade se mobilizou para reivindicar ações e buscar soluções para os problemas enfrentados” (PASSOS, 2007). Como um resultado dessa mobilização foi criada em 1981 a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), a qual foi um importante ator na articulação dos moradores em prol de ações voltadas à urbanização da favela, bem como no fomento à discussão de projetos que estimulassem a produção e o consumo local, dado que:

“os moradores consumiam mais em grandes lojas do centro da cidade (principalmente pelas condições de pagamento) e, por isso, o dinheiro não circulava no bairro e o comércio local não se desenvolvia” (PASSOS, 2007).

saberes por meio da cooperação entre os participantes. Para isso, é feito uso de uma moeda social como ferramenta para facilitar as trocas. As feiras proporcionam um ambiente pedagógico tanto para produtores como para consumidores desenvolverem e praticarem os princípios da economia solidária (CORTEGOSO, 2009).

13 O Banco de Serviços Solidários ou Banco de Tempo tem com objetivo propiciar a integração solidária entre os membros de uma comunidade por intermédio de troca de habilidades pessoais. As habilidades são valorizadas igualmente, sendo um determinado tempo de serviço prestado (geralmente a hora/trabalho) equivale a um crédito, o qual o habilita a demandar outros serviços dos quais tenha necessidade (CORTEGOSO, 2009).

Como resultado de tais discussões, a ASMOCOMP decidiu oferecer crédito de consumo através da utilização de um cartão de crédito e, paralelamente, oferecer créditos a juros baixos para produção, nomeando esse conjunto de serviços de "banco comunitário", o qual foi formalmente inaugurado em 1998 e recebeu o nome de Banco Palmas em referência ao nome da comunidade (PASSOS, 2007). Destaca-se aqui a potência do ser humano quando em situações de risco, os quais "servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social" (CASTELLS, 2003: 420).

Com o desenvolvimento e consolidação dessa experiência, suas práticas metodológicas foram disseminadas para outras localidades através do Instituto Palmas, criado em 2003 pela própria associação de moradores para disseminar tal conhecimento socialmente construído e possibilitar sua experimentação em outros contextos (PASSOS, 2007). Este reposicionamento do ser através do saber, por meio do reconhecimento do conhecimento empírico gerado pelos moradores do Conjunto Palmeiras, pode ser entendido como um processo de "civilização da ciência" (MONIZ DOS SANTOS, 2005), conforme esclarecido:

"Aproximar a ciência dos cidadãos demanda o reconhecimento de casos de utilidade prática de conhecimentos empíricos de grupos de cidadãos, o que, de forma alguma, pode constituir uma regra universal. Todavia, há conhecimentos ligados a situações específicas, produzidos e postos em prática pelo próprio cidadão comum que merecem ser reconhecidos pela ciência. Destacam-se, para uma objectiva análise do risco, os conhecimentos dos cidadãos gerados em situação de risco (MONIZ DOS SANTOS, 2005).

Nesse contexto, a prática dos bancos comunitários desenvolvida pelos moradores do Conjunto Palmeiras se apresenta como uma importante metodologia para melhoria da qualidade de vida de comunidades em situação de pobreza, prática esta reconhecida inclusive pela SENAES, a qual em 2006 fechou um convênio com o Instituto Palmas objetivando multiplicar a metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento em âmbito nacional (PASSOS, 2007).

Conforme a metodologia desenvolvida pela comunidade do Conjunto Palmeiras, por meio da gestão realizada pela própria comunidade, os bancos comunitários direcionam suas ações para duas categorias de serviços, os propriamente financeiros e os de natureza mais pedagógica que acompanham o crédito. Os primeiros são compreendidos pelo microcrédito para a produção, o microcrédito para o consumo através da circulação de moeda social local, dentre outros serviços. Os segundos dão suporte aos primeiros através de atividades de capacitação em economia solidária, assessoria técnica, fomento e gestão de fóruns locais, além do fomento às feiras e a outras estratégias locais de comercialização. Tais serviços articulados funcionam como espaços públicos de aprendizado de uma cultura democrática de tomada de decisões coletivas sobre os rumos do desenvolvimento comunitário (FRANÇA FILHO, 2013), fazendo dos bancos comunitários reguladores da hibridação dos distintos princípios econômicos mercantis, não-mercantis e não monetários (SILVA JUNIOR, 2007; FRANÇA FILHO, 2007).

Nesse ínterim, as moedas sociais circulantes locais são caracterizadas como “instrumentos de pagamento alternativos à moeda oficial, utilizados para incentivar a produção local, a responsabilidade e autoestima das pessoas, a conservação da natureza e promover o desenvolvimento da economia de um bairro ou de uma vizinhança por meio do aumento na circulação de bens e serviços no comércio local” (FREIRE, 2011).

Diferentemente da moeda oficial (moeda fiduciária ou moeda bancária), as moedas sociais não são moedas sancionadas pelo Estado, mas emitidas por associações (formais ou não formais) de base comunitária territorial, sem fins lucrativos, representativas dos interesses de comunidades locais ou setoriais (FREIRE, 2011). Segundo Freire (2011), as diferenças fundamentais entre as moedas oficiais e as moedas sociais circulantes locais:

“... estão associadas às suas respectivas configurações espaciais, ao regime jurídico a que se submetem suas regras de estruturação, organização e funcionamento (regras de regulação interna), estabelecidas pelo direito público (no caso da moeda oficial) ou por relações contratuais privadas (no caso

das moedas sociais), e aos propósitos pelos quais a moeda é criada, que podem estar direcionados, no caso da moeda oficial, para fins políticos (unidade nacional, estabilidade macroeconômica, financiamento dos governos, etc.) ou para a obtenção de lucro econômico (mediante operações realizadas pelas instituições depositárias), e no caso das moedas sociais para a geração de dividendos sociais que melhorem a qualidade de vida dos seus usuários segundo uma lógica cidadã¹⁴ (FREIRE, 2011).

Sendo assim, as moedas sociais circulantes locais são instituições comprometidas simultaneamente com a liberdade individual, com o desenvolvimento local, com a justiça social e com a autoestima das pessoas viabilizando “o exercício do direito humano de relacionar-se ou interagir economicamente uns com os outros (direito de comerciar)” e assegurando “o exercício da liberdade de participação nas trocas econômicas, bem como o acesso a direitos sociais que as pessoas não teriam sem o uso de uma moeda social” (FREIRE, 2011).

Tendo isso em vista, os bancos comunitários são tecnologias sociais caracterizados como instituições que disponibilizam produtos e serviços voltados para o apoio ao desenvolvimento das economias populares em locais de baixo IDH, podendo realizar parcerias com entidades públicas e privadas para alcançar seus objetivos sociais (FREIRE, 2013), atuando assim como importantes sujeitos de interação em uma rede de colaboração de economia solidária. João Joaquim de Melo Neto, coordenador geral do Banco Palmas, aponta os bancos comunitários de desenvolvimento como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de reorganização das economias locais” (MELO NETO e MAGALHÃES, 2007). Essa reorganização ocorre através do financiamento de produtores, comerciantes e consumidores, criando uma rede de *prossumidores* capaz de articular as demanda e ofertas sócio-econômicas do território no apoio à constituição

14 “A lógica cidadã refere-se a um conjunto de princípios, regras e atitudes que exigem a participação deliberativa das pessoas afetadas na estruturação, organização, adaptações ou reformas de instituições econômicas preservando os valores comunitários. Distintamente da racionalidade econômica guiada pelo lucro, a lógica cidadã diz respeito a uma racionalidade orientada pela rentabilidade social” (FREIRE, 2011).

de redes locais de economia solidária (SILVA JUNIOR, 2007; SANTANA, 2011). Tais redes implicam em uma ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista (FRANÇA FILHO, 2013).

Percebe-se, portanto, que através de instrumentos próprios os bancos comunitários procuram desenvolver as capacidades produtivas das pessoas, mostrando a importância das redes como instrumentos que agregam valor à produção local e que reúnem as diferentes competências necessárias à sustentabilidade da economia solidária (FREIRE, 2013). Nesse sentido, um banco comunitário que consiga fazer comunicar a produção, comercialização, financiamento e formação da comunidade local, se constitui na *ponte* responsável pelas interações entre ações de organização, mobilização e capacitação dos territórios, proporcionando seu desenvolvimento sócio, econômico, cultural e ambiental (SILVA JUNIOR, 2006).

Tendo como objetivo alcançar todos os benefícios e potencialidades que a experiência de um banco comunitário no território do Jardim Gonzaga e seus entornos poderia ter, a INCOOP/UFSCar definiu como estratégia de ação que os estudos de viabilidade de implantação do banco comunitário tivessem como ponto de partida um “processo de formação de pessoas da comunidade interessadas no tema das finanças solidárias, em termos de seus fundamentos e formas de operacionalização”. Para a INCOOP/UFSCar, esta condição era imprescindível para que a comunidade assumisse o protagonismo no processo de criação e de gestão deste tipo de iniciativa financeira, participando de modo ativo do estudo de viabilidade e das decisões próprias deste processo (CORTEGOSO, 2009). Tais planejamentos foram iniciados a partir de 2007, quando as novas estratégias de atuação da INCOOP/UFSCar no território focaram no desenvolvimento de iniciativas em finanças solidárias.

3.5 O Banco Comunitário Nascente: estruturação e implantação

Reeleito em 2005 como prefeito de São Carlos, Newton Lima continuou o trabalho de fortalecimento da economia solidária no município e inaugurou em 2008 o Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, que tinha como objetivo ser o “polo irradiador da Política Pública e o abrigo administrativo aos

empreendimentos” (PMSC, 2013b). Ainda em 2008, pela lei nº 14.845/2008 criou a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (PMSC, 2013a), vinculando o DAES à mesma. Ao final do mandato, Newton Lima foi substituído por outro candidato petista ex-reitor da UFSCar, Oswaldo Duarte, popularmente conhecido como Barba, o qual deu mais uma vez continuidade ao processo de desenvolvimento das políticas públicas para o avanço da economia solidária no município.

Nesse contexto, Barba (2009 – 2012) pela lei nº 15.196/2010 criou o Programa de Fomento à Economia Solidária e o incluiu no Plano Plurianual PPA 2010/2013. Este programa foi imprescindível para a implementação de políticas de geração de trabalho e renda no município, pois atuou estrategicamente de forma transversal e integrada entre a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e as demais secretarias e fundações municipais (PMSC, 2013c). Ainda, pela lei nº 15.779/2011 instituiu a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária e pela Lei nº 15.853/2011 criou o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária (PMSC, 2013a), atividades e espaços que tem contribuído para o fomento, para a articulação dos empreendimentos e, conseqüentemente, para aumentar suas possibilidades de sustentabilidade.

Importante ressaltar que além de contribuírem com o fortalecimento das práticas de economia solidária desenvolvidas no município, tais leis municipais 15.196/2010, 15.779/2011 e 15.853/2011 previam em seus artigos a educação para a economia solidária no âmbito da educação formal municipal (MEZZACAPPA, 2012). Esse contexto favorável de disseminação dos saberes da economia solidária é indispensável para a construção de uma nova realidade social, onde a educação inclui “não apenas o conhecimento dos termos científicos, mas o conhecimento das práticas científicas, de seu impacto social, ambiental, econômico e político”, permitindo que os sujeitos problematizem e utilizem esse conhecimento para “participar ativamente da tomada de decisão a respeito de temas relacionados à ciência e tecnologia, de acordo com a relevância dos diferentes temas para o contexto social” em que vivem (MEZZACAPPA, 2012).

Nesse ínterim de apoio político, a INCOOP/UFSCar desenvolveu uma nova estratégia e submeteu para a apreciação dos órgãos superiores da UFSCar a proposta de criar um núcleo multidisciplinar “com o intuito de se transformar numa

unidade acadêmica, prevendo a contratação efetiva de servidores, tanto técnico-administrativos como docentes, e o oferecimento de um curso de graduação em economia solidária” objetivando se tornar uma unidade multidisciplinar permanente. Com esta nova estratégia política, a INCOOP buscava uma “maior estabilidade de pessoal e expansão das atividades” que realizava, com vistas a melhor estruturar o atendimento aos empreendimentos e às suas próprias características e necessidades (OLIVEIRA, 2012). A aprovação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-Ecosol) ocorreu em 12 de agosto de 2011, e sua criação se deu por meio da portaria GR 1086/2011 de 24/08/2011 (OLIVEIRA, 2012). Esta nova estratégia permitiu que a incubadora expandisse suas fontes de recursos, bem como suas formas de atuação e intervenção.

Dentre as ações que foram alavancadas por essa nova estratégia, encontra-se o projeto de implantação de um banco comunitário na região do Jardim Gonzaga, em maturação desde 2007. Nesse contexto, foram viabilizados os processos de formação das pessoas da comunidade no tema das finanças solidárias, conforme descrito pelos próprios moradores:

"A gente vem estruturando o banco com as reuniões do comitê gestor, um grupo de pessoas do bairro mais um pessoal da incubadora da Federal, a INCOOP. A gente foi passando por fases, onde a gente vai definindo uma série de coisas pra poder estruturar o banco, o local, as necessidade de equipamentos, a política de crédito, toda essa parte de construção do banco, [...] onde você vai formando os conceitos, as pessoas vão assimilando o que é economia solidária, como trabalhar com finanças solidarias, até isso chegar ao povo" (BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE, 2012).

Dando continuidade às ações planejadas, a incubadora viabilizou uma capacitação presencial da comunidade mobilizada em outro banco comunitário, o Banco Comunitário União Sampaio, inaugurado em junho de 2009 (JORNAL DO CAMPUS, 2014):

"... conseguimos um grupo de pessoas, a mulherada, dez pessoas, pra visitar o Banco Sampaio, onde foi uma experiência muito legal porque já estava todo mundo empolgado com a ideia do banco, e quando a gente viu de perto a realidade do pessoal lá [...] a gente voltou mais eufórica ainda" (BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE, 2012).

Segundo a estratégia adotada pelo Numi-Ecosol, tais capacitações na temática das finanças solidárias são indispensáveis para a efetividade das ações dos bancos comunitários como promotores de desenvolvimento territorial, dada a necessária internalização desses conceitos para que, posteriormente, tais experimentações sejam de fato autogeridas pela comunidade. Nesse sentido, importante destacar o protagonismo da comunidade no processo de criação do banco comunitário no território do Gonzaga, a qual participou ativamente dos estudos de viabilidade, bem como das atividades de mobilização comunitária, conforme observado nos discursos dos moradores:

"A gente se organizou e convidou algumas pessoas do bairro que quisessem participar das reuniões para falar sobre a economia solidária e sobre a forma de finanças solidárias para montar um banco comunitário no bairro. [...] Ai a gente achou que tinham mais pessoas que gostariam de estar na economia solidária, de entender melhor o que é economia solidária e que eram umas pessoas que atuavam em outras comunidades aqui do bairro, [...] aí aumentou mais as pessoas pra estar falando sobre o banco" (BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE, 2012).

Após as etapas de capacitação e mobilização, foram iniciados os processos de mapeamento e divulgação local, conforme descrito no relato a seguir:

"A gente fez o mapeamento do comércio e do bairro, e aí a gente começou a divulgar, ir até os comerciantes, [falar sobre] o que era o banco, sobre a moeda, como era a proposta do banco, que eram duas linhas de crédito. Com a comunidade também, foi batendo de porta em porta. Foi bem encaminhada mesmo, o processo foi bem assim: entrar na comunidade, andar, conversar, ir avançando essas conversas com a comunidade, com a população". (BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE, 2012).

A partir dos discursos apresentados observa-se o forte apoio do Numi-Ecosol UFSCar nos processos de implantação do banco comunitário no território do Gonzaga. Ao que parece, esse apoio foi determinante para viabilizar a organização e capacitação comunitária necessárias ao desenvolvimento dessa prática. Contudo, é importante destacar o interesse e comprometimento da própria comunidade nesse processo, dado que sem estes aspectos tal experimentação torna-se extremamente vulnerável e com enormes possibilidades de fracasso.

Paralelamente a estas atividades, os envolvidos buscavam criar uma identidade coletiva para o banco comunitário que seria implantado no território. Essa identidade era primordial para que o banco comunitário fosse de fato inserido e assimilado na comunidade, de forma que esta se sentisse proprietária do empreendimento, adquirindo um senso de responsabilidade e compromisso. Nesse sentido, o nome do futuro banco comunitário e de sua moeda social foram definidos pela própria comunidade a partir da geografia do território, conforme esclarecido a seguir:

"... como os bairros fazem divisa com um paredão onde existem 6 (seis) nascentes – que foi de onde veio o nome do Banco – a nossa moeda social procurou representar a água e a vida que estas nascentes trazem para a região e para a cidade de São Carlos, desaguando no Rio Monjolinho que corre a cidade toda". (BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE, 2012)

A importância da escolha dos nomes é evidenciada principalmente na repercussão que possui sobre o sentimento de afiliação/pertencimento da comunidade ao empreendimento. Nesse ínterim, os nomes *Nascente* e *Vida* representam mais do que o banco comunitário local e sua moeda social, são significados que marcam culturalmente o bairro, fazem parte de sua história e, conseqüentemente, constroem parte de sua identidade. Esses são fatores que fortalecem o sentimento de identificação da comunidade para com o empreendimento econômico solidário.

Concluídas as etapas de mobilização, capacitação, mapeamento e divulgação, foi inaugurado em junho de 2012 o Banco Comunitário Nascente, o qual iniciou suas atividades de crédito produtivo com moeda Real (R\$) e em maio de 2013 passou a atuar também com o crédito para consumo com uso de sua moeda social Vida (V\$). Desde sua inauguração, o Banco Comunitário Nascente localiza-se dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Pacaembu, espaço emprestado pela prefeitura municipal¹⁵. Recentemente o Banco Comunitário Nascente passou por uma reestruturação de pessoal, contando atualmente com cinco trabalhadores e moradores do território, quatro mulheres e um homem, com idades variando entre 35 e 45 anos, quatro deles envolvidos recentemente com o Banco Comunitário Nascente (menos de um ano) e apenas uma mulher envolvida desde as primeiras iniciativas para implantação do mesmo no território em questão.

3.6 Considerações sobre a experiência são-carlense em economia solidária

Com base no levantamento bibliográfico realizado, podem ser feitas algumas considerações acerca da trajetória da economia solidária no município de São Carlos-SP. Analisando-os por meio de uma visão panorâmica e de maneira dialética podemos identificar dois níveis distintos de interferências que corroboraram para o desenvolvimento da economia solidária no município, o micro e o macro.

No que tange ao nível macro, podemos citar como importantes acontecimentos:

- o reposicionamento das universidades com relação ao seu papel social, fomentado principalmente por discussões levantadas pelos próprios teóricos nas

¹⁵ Texto elaborado a partir dos panfletos de divulgação do Banco Comunitário Nascente (ver Anexos).

últimas décadas, bem como pela observação direta dos pesquisadores sobre uma realidade cada vez mais desigual e marcada pela pobreza;

- a somatória de práticas solidárias desenvolvidas pela própria sociedade nas últimas décadas, como forma de minimizar suas dificuldades de geração de renda e melhorar a qualidade de vida de seus envolvidos;

- a mobilização e organização dos envolvidos (sociedade e comunidade acadêmica) em prol da sistematização, consolidação e formalização dessas práticas em políticas públicas;

- a ascensão à presidência da república de um partido político desde suas origens comprometido com as massas populares trabalhadoras do Brasil.

No que tange ao nível micro, podemos citar como importantes acontecimentos:

- o histórico de desemprego no município de São Carlos-SP e sua relação com o surgimento do bolsão de pobreza localizado no bairro do Jardim Gonzaga e seu entorno;

- a presença no município de uma universidade comprometida com seu papel social, apoiando diversos projetos por meio de seus programas de extensão universitária e com uma atuante incubadora de cooperativas populares;

- a candidatura da prefeitura municipal exercida por 12 anos consecutivos por dois ex-reitores dessa mesma universidade atuante, inclusive com o mesmo partido comprometido com as massas populares e trabalhadoras da presidência da república em vigência;

- a criação de políticas públicas municipais de economia solidária (antecipando as posteriores políticas de Estado) como forma de apoiar e dar suporte aos empreendimentos econômicos solidários existentes e a serem desenvolvidos no município;

- a presença de diversas entidades locais (ONGs, coletivos, associações e cooperativas) envolvidas com os princípios da economia solidária e que contribuíram de forma significativa com esse processo.

Baseado nesses eventos contemporâneos articulados pode-se afirmar que eles permitiram que a economia solidária em São Carlos-SP se desenvolvesse a

ponto de se transformar em políticas públicas municipais, criando condições de possibilidade de experimentação e desenvolvimento destes saberes em práticas concretas.

Dentre todos esses fatores é importante realçar a forte interação da UFSCar por meio do NuMI-EcoSol com o território do Jardim Gonzaga como um dos acontecimentos mais significativos para a consolidação da economia solidária no município, principalmente no que tange à implantação do Banco Comunitário Nascente. Ao que parece, a confiança que a incubadora (INCOOP), hoje Numi-Ecosol, adquiriu durante todos seus anos de atuação no território serviu de facilitador para a mobilização e organização comunitária em prol da criação do banco comunitário. Nesse sentido, por meio de suas mudanças estratégicas de atuação e de sua institucionalização, contribuiu para viabilizar a capacitação da comunidade nas práticas de finanças solidárias e para fomentar o estudo de parcerias locais visando a captação de recursos e a formação de redes de cooperação, práticas imprescindíveis para a sustentabilidade dos bancos comunitários de desenvolvimento.

4 Dificuldades experimentadas pelo Banco Nascente e parcerias impactantes

O estudo das experiências dos bancos comunitários no Brasil e do “padrão” das dificuldades por eles vivenciadas remeteram a pesquisadora a buscar metodologias e práticas que mitigassem ou reduzissem tais problemas e, conseqüentemente, promovessem a sustentabilidade destas experiências. Considerando a potência das estratégias em redes e partindo da premissa que as relações de parceria existentes entre o banco comunitário e os atores que o norteiam possuem impactos positivos e negativos na resolução/mitigação dessas dificuldades, a pesquisadora buscou apresentar as parcerias impactantes a serem fomentadas pelo Banco Comunitário Nascente em suas ações no território do Jardim Gonzaga.

Tendo em vista os preceitos do método participativo, as oficinas de trabalho foram designadas como a forma de abordagem adequada para o trabalho, dado que contribuem com a construção coletiva na percepção da realidade e definição das prioridades, promovendo a negociação das visões diferenciadas e a reflexão em torno dos problemas e potencialidades da realidade (BUARQUE, 2006).

Com o intuito de apresentar as parcerias impactantes para resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente, as oficinas de trabalho foram separadas em duas etapas: construção do “Diagrama Urgência x Relevância” e construção da “Matriz Problemas x Parceiros”.

4.1 Construção do “Diagrama Urgência x Relevância”

A primeira etapa da oficina de trabalho foi realizada em meados de dezembro de 2014 e teve como objetivo levantar e classificar as dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente. Para isso, foi utilizado o “Diagrama Urgência x Relevância”, adaptado de Buarque (2006). Com essa ferramenta de coleta tem-se um claro esforço de seletividade e priorização para organizar de forma estratégica os problemas prioritários a serem enfrentados. Uma esquematização do diagrama é apresentada na figura 01:

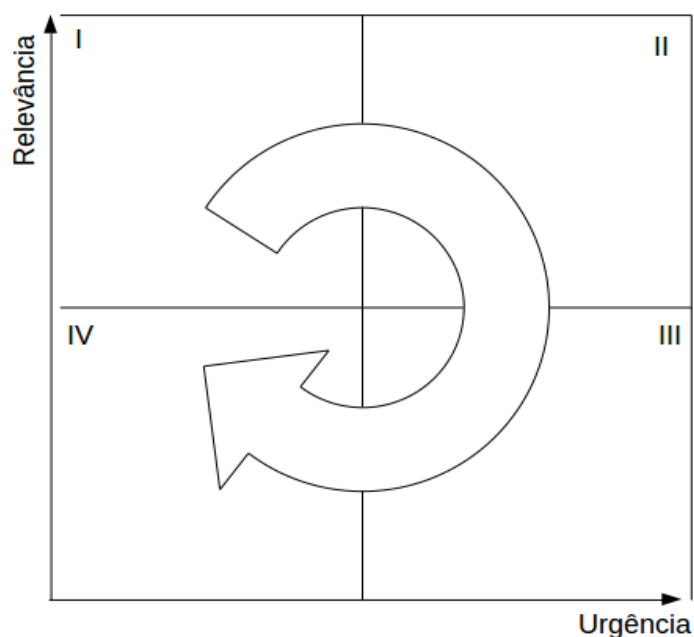


Figura 01: Diagrama urgência x relevância, adaptada de Buarque (2006).

Participaram desta primeira etapa a pesquisadora e os cinco trabalhadores do Banco Comunitário Nascente, a qual teve duração total de seis horas.

Primeiramente, as ações se concentraram em levantar os problemas experimentados pelo Banco Comunitário Nascente. Os participantes foram estimulados a escrever em folhas de papel os diversos problemas e dificuldades que vivenciavam em suas atividades no Banco Comunitário Nascente. Posteriormente, os problemas foram discutidos de forma coletiva, consensualizados e agrupados quando se apresentavam similares. Durante as discussões ficaram evidentes que diversos dos problemas apontados pelos participantes eram decorrentes de outros problemas geradores. Para estes casos, os problemas secundários foram agrupados aos seus problemas geradores, sempre de maneira consensual.

Como primeiro resultado da oficina de trabalho, a tabela 02 apresenta o levantamento e classificação dos problemas vivenciados pelo Banco Comunitário Nascente a partir das discussões desenvolvidas pela equipe:

Tabela 02: Problemas geradores e secundários levantados na oficina de trabalho.

Problemas Geradores	Problemas Secundários
Inadimplência	Pessoas que devem dinheiro para o Banco
Capacitação da comunidade	Quem pede empréstimo as vezes não sabe administrar o dinheiro
Comunicação com a comunidade	Falta divulgação dos trabalhos do Banco
	Os comerciantes sentem falta da moeda social
	Pouco entendimento dos comerciantes sobre o papel do Banco
	Falta diálogo com a comunidade
	Falta de propaganda
	As pessoas acham que o banco não existe mais
	Pouca circulação da moeda social na comunidade
	Pouco envolvimento da comunidade com o Banco
Captação de fundos	Histórico negativo das cooperativas no território
	Conseguir fundos para fornecer os créditos
Capacitação dos trabalhadores do Banco	Ter fundos para manutenção do Banco
	Envolvimento / comprometimento dos trabalhadores do Banco
Ausência de regimento interno	Definição dos direitos e deveres dos trabalhadores
	Revesamento dos trabalhadores registrados em carteira
	Regras para afastamento do trabalho
	Visibilidade das regras de funcionamento
	Regras para prestação de contas do Banco
	Problemas interpessoais
	Divisão igualitária do trabalho e das bolsas
Sede própria	Comunidade acha que o Banco está vinculado à prefeitura

Com relação aos resultados apresentados na tabela 02, podem ser feitos alguns comentários:

- Inadimplência: na ocasião da primeira etapa da oficina (dezembro/2014), o Banco Nascente estava a aproximadamente 1 (um) ano sem fornecer crédito aos moradores do território devido ao número de inadimplências registradas. A decisão de interrupção dos serviços de crédito havia sido tomada para que os inadimplentes fossem sensibilizados, se sentissem responsáveis e buscassem opções para resolver o problema. De acordo com os trabalhadores, após esta decisão foram renegociadas algumas dívidas, outras foram pagas, outros inadimplentes não se manifestaram. No momento em questão, ainda não havia previsão para retorno dos serviços. A partir do sentimento dos trabalhadores foi possível compreender o impacto desse problema, pois além de ferir o princípio de cooperação presente das relações de confiança dessas iniciativas de economia solidária (GAIGER, 1999), tais inadimplências causavam sensação de descrédito da comunidade perante o controle social exercido no banco comunitário (SILVA JUNIOR, 2007).

- Capacitação da comunidade: os trabalhadores apontaram que algumas das inadimplências registradas poderiam ser atribuídas à falta de capacitação da própria comunidade em noções de empreendedorismo e administração. Segundo eles, boa parte da comunidade não sabe como lidar com o dinheiro, acaba tomando decisões

equivocadas, se endividando e não cumprindo seus acordos com o banco comunitário. Tendo isso em mente, seria importante que esses conhecimentos fossem disponibilizados com maior periodicidade à comunidade, estabelecendo condições para as mudanças culturais necessária ao desenvolvimento dessas práticas.

- Comunicação com a comunidade: identificado como o problema que mais gerava outros problemas, este aspecto foi apontado sob diversos pontos de vista distintos. Problemas direcionados às atividades dos próprios trabalhadores, como tarefas de divulgação e marketing sobre as ações do Banco Nascente, sobre os serviços disponíveis, sobre o funcionamento e o papel do banco comunitário no território foram apontados. Ainda, a dificuldade de circulação de moeda social foi entendida como um problema resultante da falta de entendimento da comunidade sobre as vantagens e propósitos daquele tipo de ação. Outro problema que foi tratado como resultante pelo grupo foi o pouco envolvimento da comunidade nos fóruns de discussão promovidos pelo Banco Nascente. Segundo os trabalhadores, a comunidade não participava dos fóruns, pois desconhecia as funções e benefícios que um banco comunitário poderia ter no seu bairro. Relacionado também a este último, o problema do histórico negativo das cooperativas no território é um ponto importante. De acordo com os trabalhadores, muitas pessoas da comunidade acreditavam que o Banco Nascente era mais uma cooperativa que daqui a algum tempo seria desativada pelo Governo¹⁶ ou mudaria o endereço de sua base de atuação para outros bairros. Segundo eles, esse histórico provocava um sentimento de frustração e descrédito dessas experiências cooperativistas no território.

- Captação de fundos: apesar de possuírem certa quantidade reservada para os fundos de crédito e de manutenção do Banco Nascente, os trabalhadores apontaram que este era um problema importante, tanto pela demanda de empréstimos para a comunidade quanto pela instabilidade dos apoios governamentais nas ajudas de custo aos trabalhadores do banco comunitário.

- Capacitação dos trabalhadores do Banco: diversos problemas de funcionamento interno foram entendidos como consequências da necessidade de maior capacitação dos próprios trabalhadores do Banco Nascente, de forma a se

¹⁶ Referente à imposição do Ministério Público do Trabalho (MPT) ao maior empreendimento cooperativo do território (COOPERLIMP) para a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o qual impedia a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de serviço, sendo um dos principais fatores para a crise e posterior extinção da cooperativa (TAFURI, 2014).

sentirem mais seguros e confiantes na realização das atividades diárias. Segundo eles, tais capacitações favoreceriam o comprometimento e o envolvimento com o trabalho no Banco.

- Ausência de regimento interno: apontado como o segundo problema que gerava maior número de outros problemas, os trabalhadores entenderam que a ausência de regimento interno permitia que regras, direitos e deveres fossem tratados de forma subjetiva e individual, acarretando em desentendimentos e mal-estares no coletivo. Os principais problemas apontados nesse sentido foram as divisões igualitárias das horas e das bolsas financeiras recebidas nos projetos da SENAES. Importante destacar que a criação de regras em torno da organização dos processos de trabalho é fundamental nas práticas de economia solidária, pois estimula o desenvolvimento da autonomia do empreendimento (CARVALHO, 2004).

- Sede própria: de acordo com os trabalhadores, o fato de o Banco Nascente estar inserido no CRAS PACAEMBU é ruim para sua imagem na comunidade, pois esta acaba acreditando que o Banco Nascente é uma iniciativa da prefeitura do município e não dos próprios moradores do território. Além disso, apontaram que precisavam se adequar aos horários de funcionamento do CRAS, fato que muitas vezes atrapalhava a dinâmica do cotidiano.

Posteriormente aos trabalhos coletivos e consensuais de levantamento, agrupamento e identificação dos problemas geradores, os participantes foram estimulados a refletir sobre quão relevantes e urgentes eram os problemas levantados. Para isso, inicialmente foi realizado um alinhamento de conceitos, com a explicação verbal dos conceitos de relevância e de urgência, empregando exemplos do cotidiano. Conforme esclarecido por Buarque (2006), o conceito de “urgência” corresponde a uma situação indesejável, que incomoda no momento e que necessita imediatamente de resolução. Ainda sob o olhar desse autor, o conceito de “relevância” corresponde a um problema determinante para o desenvolvimento local, o qual comumente gera outros problemas, estrangulando o desenvolvimento e condicionando a problemática geral do local.

Após o alinhamento e entendimento dos conceitos pelos participantes, um a um os problemas geradores levantados foram classificados segundo sua relevância e urgência, sendo posteriormente inseridos em cartões coloridos no “Diagrama Urgência x Relevância” em um dos quatro quadrantes possíveis: quadrante I (alta relevância e baixa urgência, cor azul), quadrante II (alta relevância e alta urgência,

cor amarela), quadrante III (baixa relevância e alta urgência, cor verde musgo) e quadrante IV (baixa relevância e baixa urgência, cor branca). A figura 04 apresenta uma foto do diagrama produzido. Este resultado também ilustra o entendimento dos participantes da oficina sobre os conceitos de urgência e relevância.

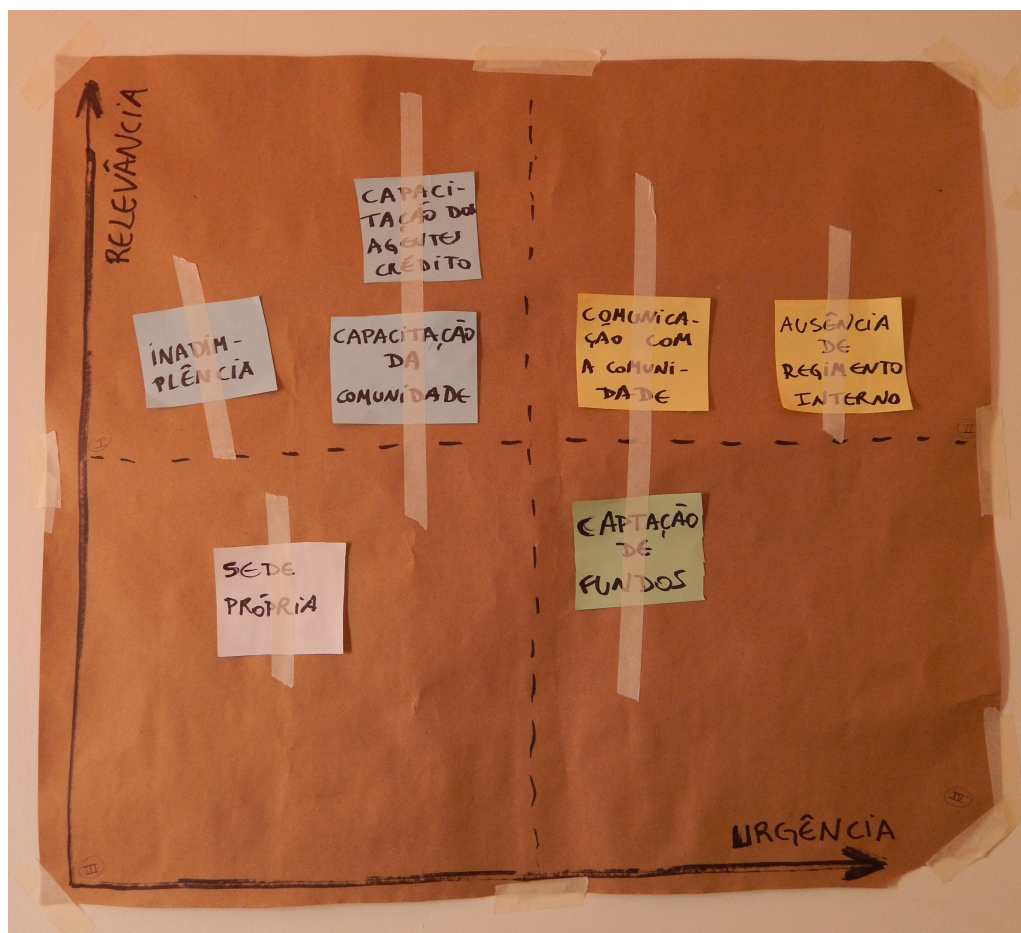


Figura 02: Fotografia do “Diagrama Urgência x Relevância” produzido na oficina de trabalho.

A partir da figura 02, observa-se a seguinte distribuição dos problemas geradores em relação a cada um dos quatro quadrantes do diagrama:

Tabela 03: Problemas geradores levantados e sua posição no diagrama.

Quadrantes	Problemas Geradores
I	Capacitação da comunidade
	Inadimplência
	Capacitação dos trabalhadores do Banco
II	Comunicação com a comunidade
	Ausência de regimento interno
III	Captação de fundos
IV	Sede própria

A partir dos resultados evidenciados no diagrama construído, os participantes receberam orientações para priorização de ações futuras. Nesse sentido, Buarque (2006) aponta que no quadrante I (alta relevância e baixa urgência) são revelados os problemas onde deveriam ser concentradas ações estratégicas, criando as bases para a reestruturação socioeconômica da realidade e evitando acúmulos e formação de novos problemas e urgências no futuro. Os problemas pertencentes ao quadrante II (alta relevância e alta urgência) "refletem em geral a falta de iniciativa no passado em relação a problemas do quadrante I que se tornaram graves e inadiáveis, merecendo uma ação imediata e prioritária para evitar estrangulamentos a curto prazo e desdobramento a médio e longo prazos" (BUARQUE, pg. 98, 2006). Os problemas do quadrante III (baixa relevância e alta urgência) geralmente são resultantes de outros problemas, portanto não são estruturais e determinantes do desempenho futuro da realidade. Tais problemas demandam iniciativas enquanto amadurecem as transformações resultantes da intervenção sobre os quadrantes I e II. Por fim, Buarque (2006) aponta que os problemas do quadrante IV (baixa relevância e baixa urgência) podem ser ignorados na definição das prioridades de ações, para não se gastar energias atuando no supérfluo.

Conforme pode ser observado, esta primeira etapa da oficina de trabalho com os trabalhadores do Banco Nascente evidenciou os principais problemas/dificuldades a serem enfrentados a partir de uma visão estratégica, analisando-os sob o ponto de vista de suas urgências e relevâncias. Além de contribuir para as futuras tomadas de decisão do coletivo, o trabalho auxiliou na identificação dos reais problemas a serem perseguidos, evitando dispendir energias com ações ineficazes para a resolução da problemática geral. Outro benefício importante (ressaltado pelo próprio grupo) foi a assimilação da metodologia de levantamento e classificação dos problemas pelos participantes da oficina de trabalho. Nesse sentido, ressalta-se a importância didática desses tipos de trabalho visual em diagramas e matrizes, pois permitem que os participantes atinjam outros níveis de percepção e compreensão. Essa absorção é fundamental na construção das bases para a autonomia do empreendimento.

4.2 Construção da “Matriz Problemas x Parceiros”

A segunda etapa da oficina foi realizada em meados de janeiro de 2015 e objetivou levantar os atores/parceiros presentes no contexto do Banco Comunitário Nascente e suas ações (possíveis e/ou reais) perante as dificuldades experimentadas pelo mesmo. Para isso, foi utilizada a “Matriz Problemas x Parceiros”, também adaptada de Buarque (2006). Essa ferramenta de coleta foi utilizada para análise e discussão dos efeitos que os parceiros teriam sobre os diversos problemas levantados. A figura 03 representa a matriz utilizada:

Problemas \ Atores	Atores		
	Ator “X”	Ator “Y”	Ator “Z”
Problema “A”			
Problema “B”			
Problema “C”			

Figura 03: Matriz problemas x parceiros, adaptada de Buarque (2006).

A intenção foi analisar a interação dos atores com os problemas geradores que foram levantados na primeira etapa da oficina e, com isso, evidenciar parcerias impactantes. Participaram desta segunda etapa a pesquisadora e quatro dos cinco trabalhadores do Banco Comunitário Nascente, a qual teve duração de oito horas.

Primeiramente, as ações se concentraram em levantar os atores/parceiros envolvidos com o Banco Comunitário Nascente. Para isso, os participantes foram estimulados a pensar nos atores que atuam no presente, atuaram no passado ou poderiam atuar em parceria com o banco comunitário. Nessa ação foram levantados 23 atores. Devido ao grande número de atores levantados e à consequente demora na construção da matriz, foi sugerido que os reuníssemos em grandes grupos. Entretanto, o coletivo concordou em manter os atores separados, afinal todos eram distintos entre si e tinham ações diferentes dentro do todo.

Após esse consenso, iniciou-se a construção da “Matriz Problemas x Parceiros”, inserindo os atores no eixo horizontal e no vertical os problemas geradores levantados na etapa anterior da oficina. Com objetivos didáticos, as cores de diferenciação dos problemas utilizadas na montagem do “Diagrama Urgência x Relevância” foram mantidas na construção da “Matriz Problemas x Parceiros”, ou seja:

- azul: quadrante I;
- amarelo: quadrante II;
- verde musgo: quadrante III;
- branco: quadrante IV.

Com a montagem dos eixos foi possível iniciar a discussão livre sobre o impacto que cada um dos atores levantados tinha/poderia ter em relação aos problemas geradores apontados. Para contribuir com a análise, foram utilizados papéis com quatro cores distintas:

- verde: ator impacta positivamente no problema;
- rosa: ator impacta negativamente no problema;
- laranja: ator poderia impactar positivamente no problema;
- branco: ator não impacta no problema;

Posteriormente à definição da cor de impacto do parceiro no problema, os participantes foram questionados a justificar sua escolha por meio da explicação sobre porque, como, onde e quando tal parceiro contribui, atrapalha ou poderia contribuir na solução do problema em análise. Com estas informações inseridas nos papéis coloridos, foi construída a matriz apresentada na figura 04:

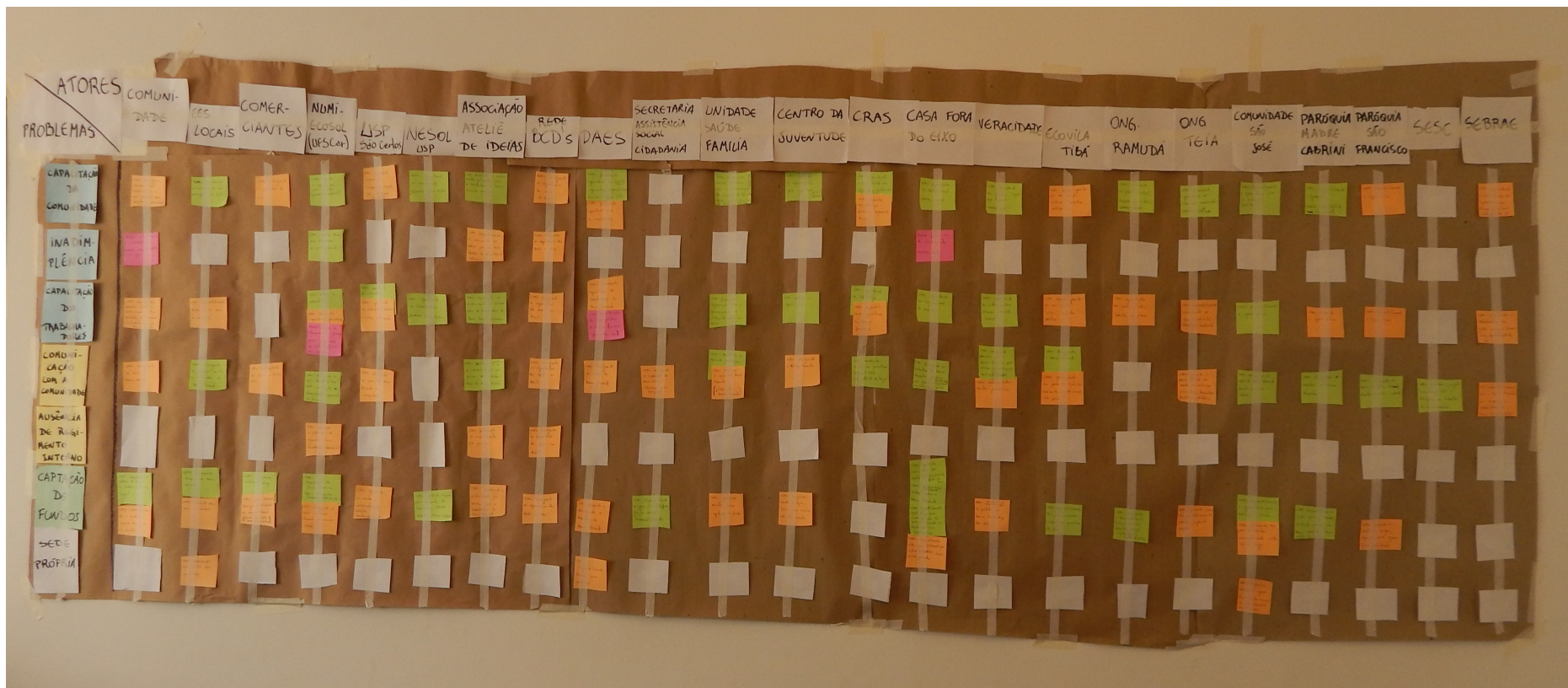


Figura 04: Fotografia da “Matriz Problemas x Parceiros” produzida na oficina de trabalho.

4.3 Análise das interações dos atores com os problemas

Com a construção da “Matriz Problemas x Parceiros” concluída, os participantes puderam analisar a interação dos atores com os problemas e evidenciar parcerias impactantes. Nesse sentido, foi dada ênfase para os problemas geradores classificados como de alta relevância e baixa urgência (problemas estratégicos) que foram apontados pelos trabalhadores na primeira etapa da oficina. Tendo isso em mente, foram feitas observações iniciais, primeiramente com o referencial fixado nos problemas (análise das informações presentes nas linhas da matriz), posteriormente fixando-o nos atores (análise das informações presentes nas colunas da matriz):

Problemas mais ajudados pelos atores	Capacitação da comunidade
	Comunicação com a comunidade
Problemas mais prejudicados pelos atores	Inadimplência
	Capacitação dos trabalhadores
Problemas com maiores possibilidades de apoio	Captação de fundos
	Capacitação dos trabalhadores
Problemas menos impactados pelos atores	Ausência de regimento interno
	Sede Própria

Figura 05: Análise da matriz. Primeiras impressões – referencial “problemas”.

De acordo com as cores das células nas linhas da matriz foi possível identificar os problemas mais ajudados pelas atores/parceiros (maior número de células verdes), os problemas mais prejudicados pelas atores (maior número de células rosas), os problemas com maiores possibilidades de apoio (maior número de células laranjas) e os problemas menos impactados pelos atores (maior número de células brancas).

Ainda, foi possível observar o número significativo de problemas estratégicos (quadrante I - células azuis) sendo impactados pelos atores. No caso dos impactos positivos, o problema “Capacitação da Comunidade” costuma receber apoio de um grande número de atores, diversos canais de parceria já foram criados e estão estabelecidos. Foram apontados que alguns esporádicos apoios poderiam ser perenes. Contudo, entende-se também que este fator é bastante instável nas práticas de economia solidária, devido principalmente às inconstâncias das estratégias políticas adotadas pelos diferentes governos. Ainda sob o viés dos impactos positivos, evidenciou-se o grande potencial de apoio que o problema

“Capacitação dos Trabalhadores” juntamente com o problema “Captação de Fundos” possuem. Nesse sentido, diversas possibilidades de ação foram levantadas, de forma a compensar essas lacunas e utilizar de forma plena tais auxílios.

Já no caso dos impactos negativos, foram identificados dois problemas estratégicos que são impactados pelos atores e que promovem prejuízos ao banco comunitário, a “Inadimplência” e a “Capacitação dos Trabalhadores”. Quanto ao primeiro, foram pensadas em formas de reduzir as inadimplências, principalmente por meio da capacitação da comunidade e dos trabalhadores do banco comunitário em temáticas de empreendedorismo, matemática, educação financeira, dentre outros. Essas análises acabaram evidenciando o problema da “Inadimplência” como um problema secundário oriundo da falta de capacitação dos próprios atores. Quanto ao segundo, as ações prejudiciais dos atores em relação ao problema “Capacitação dos Trabalhadores” foram entendidas como consequência da alta rotatividade das pessoas que se envolvem com a economia solidária no município, tanto dos envolvidos com entidades de ensino quanto dos cargos políticos que se reestruturam a cada troca partidária. Segundo os participantes, essa rotatividade prejudica o desenvolvimento dessas práticas, pois contribui para a descontinuidade do processo, o qual envolve mudanças culturais que geralmente demandam longo tempo e persistência para acontecerem.

Finalizando esse primeiro momento de reflexão, foram apontados como menos impactados pelos atores os problemas “Ausência de Regimento Interno” e “Sede Própria”. Essa análise evidenciou que a resolução/mitigação de tais problemas é de responsabilidade dos próprios trabalhadores do banco comunitário, com possibilidades de serem apoiadas por outros atores, mas dependentes somente deles mesmos para serem superadas.

As observações iniciais dos participantes da oficina de trabalho acerca do impacto dos atores/parceiros sobre os problemas levantados foram sintetizadas conforme apresentado na figura 06.

Ator que mais ajuda a reduzir os problemas	Numi-Ecosol
Ator que mais apoia nos problemas estratégicos	
Atores com maiores possibilidades de apoiar	Rede BCDs
Ator com potencial de apoiar nos problemas estratégicos	

Figura 06: Análise da matriz. Primeiras impressões – referencial “atores”.

Nesse sentido, ficou evidente o imprescindível apoio do Numi-Ecosol na resolução/mitigação dos problemas do Banco Comunitário Nascente, sendo este o ator que mais contribui (ator com maior número de papéis verdes na matriz) tanto de forma geral como focando nos problemas estratégicos. Ainda, ficou evidente o grande potencial de apoio que a Rede de BCDs possui, tanto de forma geral como focando nos problemas estratégicos (ator com maior número de papéis laranjas na matriz). Em ambos os casos, o principal aspecto de apoio seria a disponibilização de conhecimento (capacitações, assessorias e divulgação de experiências) aos trabalhadores do banco comunitário. Tendo isso em mente, é importante ressaltar o interesse dos participantes da oficina em receber o conhecimento que acreditam ser necessário para reduzir/minimizar as dificuldades do banco comunitário em que trabalham. Este sentimento vai de encontro com o princípio de autonomia preconizado por estas iniciativas de economia solidária, conforme ressaltado por Carvalho (2004).

Além desses apontamentos, outro aspecto que chamou a atenção dos participantes foi a grande quantidade de papéis laranjas (atores que poderiam impactar positivamente nos problemas) espalhados na matriz. Esse fato mostrava que diversos atores que poderiam apoiar o Banco Comunitário Nascente não estavam sendo utilizados. Uma dessas evidências foi o apontamento dos impactos positivos do SEBRAE nos problemas de capacitação dos trabalhadores do banco comunitário e da própria comunidade. Nesse contexto, os participantes foram estimulados a refletir sobre a possibilidade de criar, modificar ou reorientar a atuação de alguns atores, de forma a utilizar a potência de suas ações em prol da resolução/mitigação das dificuldades do Banco Comunitário Nascente.

4.4 Considerações sobre os problemas e parceiros impactantes

Conforme pode ser percebido, esta segunda etapa da oficina de trabalho permitiu aos participantes analisar a interação dos atores com os problemas e evidenciou algumas parcerias impactantes para resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente. Além de fomentar a reflexão acerca da otimização dos recursos de apoio que os atores são-carlenses tem potencial de disponibilizar, o trabalho contribuiu para as futuras tomadas de decisão do coletivo, no sentido de direcionar as ações que deverão ser priorizadas

para que se aumentem os fluxos e canais entre parceiros estratégicos e, conseqüentemente, os níveis de sustentabilidade do Banco Comunitário Nascente.

5 Proposição de parcerias estratégicas e tendências de ações para o Banco Comunitário Nascente

Finalizada a oficina de trabalho, foi coletiva a sensação de que muitas informações ainda poderiam ser extraídas da matriz construída. Essa ação poderia ser realizada com uma análise mais detalhada, utilizando de recursos estatísticos e digitais para a observação de tendências e gargalos. Com este intuito, a pesquisadora buscou contribuir com a construção de conhecimento socialmente relevante por meio da análise dos resultados da matriz e da consideração de lacunas/possibilidades de parcerias estratégicas para apoio ao Banco Comunitário Nascente.

Para isso, realizou-se o agrupamento dos atores em sete categorias e o levantamento das influências de ações dos atores/parceiros perante os problemas. Com estas informações foi possível construir a "Matriz de Análise" e, a partir dela, identificar e apresentar as tendências de ação dos grupos de atores perante os problemas gerais e perante os problemas estratégicos. Por meio da análise conjunta dessas tendências (gerais e específicas) são apresentadas ao final do capítulo proposições de parcerias estratégicas a serem fomentadas/desenvolvidas pelo Banco Comunitário Nascente.

5.1 Agrupamento dos Atores

Conforme apontado por Buarque (2006), a distinção dos atores em categorias é importante no processo de planejamento participativo, pois cada uma delas possui características próprias, lógica e funcionamento diferenciados, permitindo outros níveis de compreensão do todo. Sendo assim, os atores foram agrupados de acordo com sua estrutura e ações. Segundo modelo adaptado de Cambiagui (2012), os atores foram diferenciados em quatro categorias, sendo uma delas subcategorizada em outras quatro:

- 1) Comunidade Local: composta pelos empreendimentos econômicos solidários, pelos comerciantes e pela própria comunidade.
- 2) Entidades de apoio e fomento: realizam atividades de capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, assistência técnica e de gestão, fomento a crédito, etc. Devido aos discrepantes impactos e ações que possuem, esta

categoria foi separada em outras quatro:

- a. Instituições de Ensino
 - b. ONGs e Coletivos
 - c. Igreja
 - d. Entidades privadas sem fins lucrativos
- 3) Formas de auto-organização política: representadas pelas redes, fóruns e organizações nacionais de economia solidária;
 - 4) Gestores públicos e outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias, ou departamentos): envolvidos com a construção de políticas públicas de economia solidária em governos municipais e estaduais.

Baseado nessas categorias, os atores levantados na oficina foram diferenciados conforme apresentado na tabela 04:

Tabela 04: Diferenciação dos atores conforme as categorias definidas.

Macro Agrupamento dos Atores	Micro Agrupamento dos Atores	Atores Levantados na Oficina
Comunidade Local	Comunidade Local	Comunidade
		EES Locais
		Comerciantes
Entidades de Apoio e Fomento	Instituições de Ensino	Numi-Ecosol UFSCar
		USP São Carlos
		NESOL – USP
	ONGs e Coletivos	Casa Fora do Eixo
		Veracidade
		Ecovila Tibá
		ONG Ramudá
		ONG Teia
		Comunidade São José
	Igreja	Paróquia Madre Cabrini
		Paróquia São Francisco
		SESC
	Entidades privadas sem fins lucrativos	SEBRAE
Associação Ateliê de Ideias		
Formas de Auto-organização Política	Organizações Nacionais de EcoSol	Rede BCDs
		DAES
Gestores Públicos e Instâncias Políticas do Estado	Prefeitura de São Carlos (SP)	Secretaria Assistência Social e Cidadania
		Unidade Saúde Família
		Centro da Juventude
		CRAS

Corroborando com o apontado por Cambiagui (2012), a análise da tabela 04 permite observar a grande diversidade de atores levantados (igreja, instituições de ensino, prefeitura, etc) pelos participantes da oficina. Sendo fundamental para articulações em redes solidárias (MANCE, 2002), essa miscelânea de atores e suas vocações demonstra as potencialidades que o contexto são-carlense tem de

constituir relações de parceria estratégicas com o Banco Comunitário Nascente de forma a apoiá-lo em suas ações.

Além da diversidade, outras tendências são importantes de serem observadas, como a quantidade de atores em cada um dos grupos. Sob esse olhar, podem ser buscadas formas de aliviar as sobrecargas em um parceiro por meio da inserção ou compensação de outros atores.

5.2 Levantamento das influências dos atores/parceiros

Com os 23 atores reunidos em sete grupos, conforme micro agrupamento definido na tabela 04, iniciou-se o processo de identificação das tendências ou competências de ação dos atores perante os problemas. Para isso, foram utilizadas as informações escritas nos papéis coloridos da "Matriz Problemas x Parceiros", as quais detalhavam os tipos de impacto (possíveis e/ou reais) presentes nas relações analisadas. O levantamento totalizou 13 influências distintas, dissolvidas nos problemas conforme apresentado na tabela 05:

Tabela 05: Tipos de impactos identificados em cada um dos problemas.

Problemas	Influências dos Atores (impactos)
Capacitação da comunidade	Disponibilizando conhecimento
	Disponibilizando espaço físico
	Divulgando o Banco Comunitário
Inadimplência	Disponibilizando conhecimento
	Contribuindo com a inadimplência
Capacitação dos trabalhadores do Banco	Disponibilizando conhecimento
	Descontinuando o desenvolvimento das práticas
	Disponibilizando espaço físico
Comunicação com a comunidade	Disponibilizando conhecimento
	Divulgando o Banco Comunitário
	Participando de fóruns/reuniões
	Apoiando eventos/feiras
	Aceitando/circulando moeda social
Ausência de regimento interno	Disponibilizando conhecimento
Captação de Fundos	Participando da rede de "prossumidores"
	Apoiando a realização dos eventos
	Captando recursos de fomento e projetos
	Disponibilizando conhecimento
	Divulgando o Banco Comunitário
	Disponibilizando espaço físico
Sede Própria	Apoiando a mobilização para construção
	Cedendo o espaço físico

Analisando a tabela 05, pode-se observar a repetição de alguns desses impactos em diversos problemas distintos, como por exemplo "Disponibilizando conhecimento", identificado em seis dos sete problemas e "Divulgando o Banco Comunitário", identificado nos problemas "Capacitação da Comunidade", "Comunicação com a comunidade" e "Captação de Fundos". Estes comportamentos evidenciam ações estratégicas que poderiam acarretar em impactos mais eficientes na minimização de problemas vivenciados pelos trabalhadores do Banco Nascente.

Ao contrário, também observamos que alguns impactos atingem poucos problemas, mas poderiam contribuir em outros, como é o exemplo do impacto "Aceitando/circulando moeda social", identificado somente no problema "Comunicação com a comunidade", mas com potencial de contribuir também com os problemas "Captação de Fundos" e "Capacitação da Comunidade".

Essas lógicas de análise podem e devem ser realizadas de forma exaustiva, buscando extrair o máximo possível de informações úteis para a sustentabilidade dessas práticas. Ainda, tanto os impactos quanto os atores/parceiros são mutáveis com o tempo e devem ser constantemente atualizados.

5.3 Construção da Matriz de Análise

Finalizadas as etapas de agrupamento dos atores e levantamento de suas influências perante os problemas, foi possível unir os dados e construir a "Matriz de Análise" das influências dos grupos de atores perante os problemas do Banco Comunitário Nascente, conforme apresentado na tabela 06:

Tabela 06: Matriz de análise das influências dos grupos de atores perante os problemas do Banco Comunitário Nascente.

Problemas	Influências dos Atores (impactos)	Grupos de Atores					
		Comunidade Local	Entidades de Apoio e Fomento			Formas de Auto-organização Política	Gestores Públicos e Instâncias Políticas do Estado
			Instituições de Ensino	ONGs e Coletivos	Igreja		
Capacitação da comunidade	Disponibilizando conhecimento	X	X	X		X	X
	Disponibilizando espaço físico				X		X
	Divulgando o Banco Comunitário						X
Inadimplência	Disponibilizando conhecimento		X			X	
	Contribuindo com a inadimplência	X		X			
Capacitação dos trabalhadores do Banco	Disponibilizando conhecimento	X	X	X		X	X
	Descontinuando o desenvolvimento das práticas		X				X
	Disponibilizando espaço físico	X			X		X
Comunicação com a comunidade	Disponibilizando conhecimento	X	X			X	
	Divulgando o Banco Comunitário	X	X	X	X	X	X
	Participando de fóruns/reuniões	X					X
	Apoiando eventos/feiras			X		X	
	Aceitando/circulando moeda social			X			
Ausência de regimento interno	Disponibilizando conhecimento		X			X	
Captação de Fundos	Participando da rede de "prosumidores"	X	X	X			X
	Apoiando a realização dos eventos	X	X	X	X		
	Captando recursos de fomento e projetos		X	X			
	Disponibilizando conhecimento		X			X	
	Divulgando o Banco Comunitário	X	X	X			X
Sede Própria	Disponibilizando espaço físico			X	X		X
	Apoiando a mobilização para construção	X					
	Cedendo o espaço físico				X		X

Legenda		
Problemas	Azul	quadrante I (alta relevância e baixa urgência)
	Amarelo	quadrante II (alta relevância e alta urgência)
	Verde Musgo	quadrante III (baixa relevância e alta urgência)
	Branco	quadrante IV (baixa relevância e baixa urgência)
Influências	Verde	Ator impacta positivamente no problema
	Laranja	Ator poderia impactar positivamente no problema
	Rosa	Ator impacta negativamente no problema
	Branco	Ator impacta e poderia impactar positivamente no problema nas mesmas proporções (empate)
	Vazio	Ator não impacta no problema (sem a marcação "X")

A estratégia de estruturação dos eixos e de preenchimento das células de cruzamento permitiu visualizar em quais aspectos os grupos de atores poderiam contribuir para a minimização dos problemas do banco comunitário. Além disso, permitiram compreender se estes recursos estavam sendo utilizados ou não, apontando novas diretrizes de ação.

Nesse sentido, receberam a marcação "X" os atores que impactavam/poderiam impactar (positiva ou negativamente) no problema por meio da influência em questão, os que não impactavam ficaram com a célula vazia. O agrupamento dos atores trouxe a necessidade de trabalhar com elementos estatísticos para assegurar a correta escolha da cor da célula (conforme as quatro possíveis: verde, laranja, rosa e branco) na matriz de análise. Com a lógica da média simples, a cor da célula foi escolhida conforme a de sua maioria em cada um dos sete grupos de atores. Para o caso de haver empate, a célula recebeu apenas a marcação "X", sem cor de fundo na célula.

Utilizando-se de aplicativos livres (OpenOffice®) para criação de planilhas e de ferramentas de filtragem (autofiltros do aplicativo), foi possível identificar as ações frequentes e ausentes dos grupos de atores com relação aos problemas apontados. Essas informações possibilitam enxergar vocações (células com a marcação "X") nas ações dos atores, bem como lacunas (células vazias) possíveis para atuação.

Observando as cores das células foi possível identificar as tendências de ação de cada grupo de atores, bem como as ações (manutenção/crescimento, prospecção, análise ou contenção) a serem fomentadas com o mesmo. Nesse contexto, a presença de células verdes apontavam as ações para manutenção/crescimento (ações que são/foram benéficas, umas com frequência de acontecimento, outras não), de células laranjas apontavam as ações para prospecção (ações possivelmente benéficas, enxergadas a partir da análise das oportunidades oferecidas pelos atores), de células vazias apontavam ações para análise (ações que não foram pensadas pelo grupo de participantes durante as oficinas de trabalho, mas que poderiam ser consideradas) e de células rosas apontavam as ações para contenção (ações não desejadas).

Com o intuito de enriquecer o conteúdo metodológico do trabalho, a análise da matriz foi apresentada de duas formas. Primeiramente em níveis gerais, apresentando a ação dos grupos de atores perante todos os problemas.

Posteriormente, utilizando tabelas e ferramentas de filtragem, focando somente nos problemas estratégicos. É recomendável que essas lógicas de análise sejam utilizadas de forma conjunta, unindo suas competências por meio da diversidade, enriquecendo a compreensão sensata e coerente sobre as informações.

5.4 Tendências gerais de ações por grupos de atores

A apresentação das tendências gerais de ação dos grupos de atores foi desenvolvida mesclando informações da "Matriz de Análise" com outras oriundas da oficina de trabalho: os detalhes presentes na "Matriz Problemas x Atores" e o próprio discurso dos participantes. Os impactos dos grupos de atores foram diferenciados em intensidade conforme a quantidade de papéis coloridos (verdes, laranjas, rosas ou brancos) e de marcações "X" presentes nas células de preenchimento da "Matriz de Análise". A partir da análise conjunta destes dados foi possível fazer as seguintes observações relacionadas aos atores/parcerias:

a) Comunidade Local

- enorme potencial para prospecção de parcerias (grupo de atores com maior quantidade de células laranjas);
- apoiador na disponibilização de conhecimento sobre economia solidária, com grande potencial para disponibilizar conhecimento em temáticas diversas, como matemática, educação financeira e outros conhecimentos que a comunidade detenha e que eles próprios como moradores desconheçam (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência de disponibilização de conhecimento);
- grande potencial para apoiar a divulgação do banco comunitário (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência de divulgação do banco comunitário);
- necessidade de receber conhecimento para minimizar o problema das inadimplências, da ausência de regimento interno e da captação de fundos;

b) Instituições de Ensino

- principais apoiadores do banco comunitário (grupo de atores com maior quantidade de células verdes);

- se enquadra como um dos grupos que mais contribui com a disponibilização de conhecimento, estando presente em todos os momentos que essa influência foi citada (vocação intrínseca);
- falta de perenidade nas ações de capacitação, as quais poderiam ter também um foco maior nas necessidades apontadas pela comunidade (educação financeira, matemática, computação, empreendedorismo, contabilidade e gestão);
- apoiador na realização de eventos/feiras principalmente com mão de obra voluntária;
- grande potencial para contribuir com ações mais operacionais de divulgação do banco e participando da rede de consumidores solidários (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" nas duas influências citadas);

c) ONGs e Coletivos

- importante apoiador em capacitações sobre cultura, política, educação, audiovisual, plantio, cultivo, trabalhos com a terra, trabalhos coletivos, organização de eventos, organização de feiras, educação ambiental, alimentação saudável (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência de disponibilização de conhecimento), entretanto não existe perenidade nestas ações;
- grande diversidade nas formas de atuação dos atores/parceiros (vocações ambientais, artísticas e sociais);
- grande potencial para apoiar em ações operacionais, principalmente por meio da participação na rede de produtores e consumidores solidários e da circulação da moeda social (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" nas influências citadas);
- importante apoiador na divulgação do banco comunitário (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência de divulgação do banco comunitário), principalmente em ações de produção/publicação de vídeos sobre o Banco Nascente e construção/manutenção do blog;
- importante apoiador na realização de eventos/feiras por meio de mão de obra voluntária e disponibilização de espaço físico para comercialização de produtos (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" nesta influência);

d) Igreja

- principal apoiador na disponibilização de espaço físico para realização de eventos (grupo de atores com maior quantidade de marcações "X" na influência citada), se apresentando como uma vocação do grupo;
- apoiador na divulgação do banco comunitário na comunidade, principalmente durante as missas e eventos;
- grande potencial para contribuir com recursos humanos na realização de eventos/feiras (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência citada);

e) Entidades privadas sem fins lucrativos

- grande potencial para contribuir com a disponibilização de conhecimento nas temáticas de empreendedorismo, educação financeira, contabilidade, etc (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência citada);
- importante apoiador na divulgação do banco comunitário por meio do projeto "Cine Gonzaguinha", realizado em parceria com o SESC;

f) Formas de auto-organização política

- enorme potencial para contribuir com a disponibilização de conhecimento por meio da divulgação das experiências dos bancos comunitários no Brasil (grupo de atores com maior quantidade de marcações "X" na influência citada);

g) Gestores públicos e outras instâncias políticas do Estado

- importante apoiador na disponibilização de conhecimento por meio de capacitações em temáticas de clubes de troca, informática, cooperativismo, etc (grupo de atores com quantidade significativa de marcações "X" na influência citada), entretanto estas deveriam ser menos sensíveis às mudanças políticas;
- as reuniões periódicas realizadas entre o banco comunitário e representantes das áreas de assistência social e de saúde da prefeitura municipal acarretam em benefícios transversais, pois disponibilizam conhecimento e espaço físico, além de contribuírem com a divulgação do banco comunitário.

5.5 Tendências de ações por grupos de atores com foco nos problemas estratégicos

A apresentação das tendências de ação dos grupos de atores com foco nos problemas estratégicos (“capacitação da comunidade”, “inadimplência” e “capacitação dos trabalhadores”) foi desenvolvida a partir das informações estatisticamente trabalhadas no preenchimento das células de cruzamento da “Matriz de Análise” (células diferenciadas por cores e por estarem “vazias” ou “não-vazias”). Estes filtros foram propositalmente escolhidos por serem de simples compreensão, facilitando a internalização desse conhecimento pelos trabalhadores do banco comunitário. A utilização desses recursos e filtros proporcionaram a construção da tabela 07:

Tabela 07: Grupos de atores e suas ações perante os problemas estratégicos.

Grupo de Atores	Ações perante os problemas estratégicos			
	Costuma contribuir (ações para crescimento)	Poderia contribuir (ações para prospecção)	Poderia contribuir (ações para análise)	Tem atrapalhado (ações para contenção)
Comunidade Local	-	Disponibilizando conhecimento	Divulgando o Banco Comunitário	Contribuindo com a inadimplência
		Disponibilizando espaço físico	Disponibilizando conhecimento	
Instituições de Ensino	Disponibilizando conhecimento	-	Disponibilizando espaço físico	
			Divulgando o Banco Comunitário	
ONGs e Coletivos	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando espaço físico	Contribuindo com a inadimplência
			Divulgando o Banco Comunitário	
Igreja	Disponibilizando espaço físico	Disponibilizando espaço físico	Disponibilizando conhecimento	-
			Divulgando o Banco Comunitário	
Entidades privadas sem fins lucrativos	-	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando espaço físico	-
			Divulgando o Banco Comunitário	
Formas de auto-organização Política	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando espaço físico	-
			Divulgando o Banco Comunitário	
Gestores Públicos e Instâncias Políticas do Estado	Disponibilizando espaço físico	Disponibilizando conhecimento	Disponibilizando conhecimento	Descontinuando o desenvolvimento das práticas
	Disponibilizando conhecimento			
	Divulgando o Banco Comunitário			

Além das informações sobre tendências (também evidenciadas na análise geral), os métodos representativos em tabelas e seus recursos de filtragem tem como vantagem evidenciar o que não foi pensado (células vazias) pelos participantes da oficina. Dessa forma, contribuem para uma melhor compreensão do contexto por considerarem todas as possibilidades (pensadas e não pensadas) de ação dos atores perante os problemas e, como consequência, para que sejam tomadas decisões coerentes e sensatas durante as ações dos trabalhadores do Banco Comunitário Nascente sobre sua realidade.

No modelo de apresentação aqui utilizado, estas informações são visualizadas na coluna "Poderia contribuir (ações para análise)" e abrem novas possibilidades de atuação dos grupos de atores, as quais seriam mais dificultosas de serem obtidas a partir da análise geral. Merece destaque o impacto "divulgando o banco comunitário", o qual apareceu como uma possibilidade de contribuição em seis dos sete grupos de atores analisados (todos, exceto as instituições de ensino).

Nesse sentido, mais do que apontar em quais aspectos as relações de parceria contribuem ou atrapalham a minimização dos problemas do Banco Comunitário Nascente, a tabela 07 apresenta as possibilidades de contribuição de cada um dos grupos de atores a partir do apontamento de ações para prospecção e para análise. Estas informações orientadas para uma visão de futuro são imprescindíveis na execução de um bom planejamento estratégico (MELO, 2006).

5.6 Proposição de parcerias estratégicas

Observar tendências/lacunas a partir de uma visão macro do contexto e sem perder o foco nos objetivos é uma das necessidades fundamentais do pensamento estratégico (OLIVEIRA, 2013; PEREIRA, 2010). Partindo dessa premissa, a pesquisadora conclui que tendo em mãos as informações oriundas das análises gerais e das realizadas com foco estratégico é possível conquistar um nível diferenciado de compreensão do processo e, conseqüentemente, apontar ações fundamentalmente mais estratégicas.

Nesse sentido, a análise conjunta das tendências de ações dos grupos de atores perante os problemas gerais e os estratégicos permite destacar a forte presença do impacto "disponibilizando conhecimento". Observa-se que seis dos sete

grupos de atores contribuem ou poderiam contribuir na execução dessa ação, a qual foi citada pelos participantes da oficina em seis dos sete problemas geradores apontados. Com relação a esse impacto, podem ser feitos os seguintes comentários:

- destaque para as contribuições das instituições de ensino e para as potenciais contribuições das formas de auto-organização políticas;

- evidente sobrecarga nas instituições de ensino. Poderia ser pensado em formas de compensar a necessidade de divulgação de conhecimento utilizando outros atores potenciais, sem desviar a atenção dos problemas menos assessorados (inadimplência, comunicação com a comunidade, ausência de regimento interno e captação de fundos);

- curiosa participação da igreja no impacto "disponibilizando conhecimento", a qual não foi citada como contribuidora ou possível contribuidora nessas ações;

- destaque para os problemas estratégicos "capacitação da comunidade" e "capacitação dos trabalhadores do banco", os mais impactados pelas ações de disponibilização de conhecimento dos grupos de atores.

A partir desses apontamentos e das informações obtidas na "Matriz de Análise" pode-se afirmar que um objetivo estratégico a ser almejado pelo Banco Comunitário Nascente é de assegurar a disponibilização de conhecimento por meio da capacitação da comunidade e dos trabalhadores do banco comunitário. Para isso, deveria prospectar parcerias com formas de auto-organização políticas, com entidades privadas sem fins lucrativos e com a própria comunidade. Paralelamente a isso, deveria aumentar/retomar parcerias com as ONGs, Coletivos e Gestores Públicos e alternar suas ações de capacitação, dado que a perenidade destas ações não estão sob seu controle. Estas ações estão traduzidas na tabela 08:

Tabela 08: Planilha de parceiros estratégicos.

Objetivo estratégico	Ações estratégicas	Parceiros Estratégicos	Observações
Assegurar a disponibilização de conhecimento	Buscar parcerias para capacitar a comunidade e os trabalhadores do banco comunitário	Formas de auto-organização política	ações de prospecção
		Entidades privadas sem fins lucrativos	
		Comunidade Local	
		ONGs e Coletivos	ações de crescimento – problema da perenidade
		Gestores públicos	

Dentro do atual contexto são-carlense e baseado em toda a análise realizada nesse trabalho, pode-se afirmar que estas ações (se implementadas) poderiam apresentar elevado grau de eficiência e eficácia para a resolução da problemática geral, minimizando os problemas vivenciados pelo Banco Comunitário Nascente e contribuindo com sua sustentabilidade.

6 Considerações Finais

As parcerias indispensáveis para o Banco Comunitário Nascente podem ser visualizadas a partir de dois grupos de informações, o conhecimento sobre sua história, obtido por meio da pesquisa bibliográfica (Capítulo 3), e o conhecimento sobre sua atual realidade, obtido por meio da pesquisa de campo com oficinas de trabalho (Capítulo 4) e das análises realizadas (Capítulo 5). A partir da interação destas informações é possível conquistar uma visão holística do processo, permitindo a compreensão panorâmica dos fenômenos, potencializando os acertos nas tomadas de decisão.

Nesse contexto, por ter sido indicada em praticamente todos os atores e todos os problemas, a disponibilização de conhecimento se apresenta como uma ação indispensável a ser fomentada/potencializada com os atores/parceiros. Importante observar que o impacto de disponibilizar conhecimento aos trabalhadores do banco comunitário é fundamental para que os mesmos assumam as responsabilidades de produção e gestão do empreendimento, apoiando o princípio da autonomia dessas práticas (CARVALHO, 2004).

Conforme apontado no Capítulo 5, as instituições de ensino são os principais parceiros nessa ação. Entretanto, com o intuito de não sobrecarregá-los, outros atores/parceiros poderiam disponibilizar o conhecimento necessário à essas práticas, como as formas de auto-organização políticas e as entidades privadas sem fins lucrativos (por meio de ações de prospecção), bem como as ONGs e Coletivos (por meio de ações de crescimento).

Pelo fato da continuidade e perenidade das ações dos atores/parceiros não depender diretamente dos trabalhadores do banco comunitário, é importante pensar em formas de compensar essa lacuna. Isso pode ser feito por meio de um alinhamento das "agendas" dos atores, de forma que os cronogramas das ações dos atores/parceiros se alternem durante o decorrer dos anos. Conforme esclarecido por Mance (2002), as ações dos grupos de atores que não possuem perenidade tendem a ser menos eficientes, pois cessam as intensas e contínuas realimentações necessárias nas redes solidárias, impedindo que se criem as condições para as mudanças culturais fomentadas.

Adentrando nesse aspecto das mudanças culturais é imprescindível discorrer sobre a circulação da moeda social, influência citada pelos participantes da oficina apenas no problema "comunicação com a comunidade". Conforme apontado por Freire (2011), a circulação de moeda social colabora com os problemas de capacitação dos envolvidos, incentivando a mudança de comportamentos na responsabilidade e na autoestima das pessoas, bem como com os problemas de "captação de fundos", incentivando a produção local e o desenvolvimento da economia no bairro.

Ainda, devido à sua metodologia de trabalho, os bancos comunitários possuem vocação para serem importantes sujeitos de interação em uma rede solidária, fazendo comunicar a produção, comercialização, financiamento e formação da comunidade local (SILVA JUNIOR, 2006). Nesse contexto, o Banco Comunitário Nascente deveria pensar em formas de reativar a disponibilização de crédito em seu território de atuação, dado que o financiamento (crédito) é o próprio agente que constrói a rede de "prossumidores" (SILVA JUNIOR, 2007; SANTANA, 2011). Tendo isso em vista, podem ser apontados os grandes potenciais de apoio que as Instituições de Ensino, ONGs e Coletivos possuem de participar da rede de produtores e consumidores solidários.

Nesse íterim é importante destacar que desde as etapas de desenvolvimento das finanças solidárias em São Carlos as relações de parceria foram consideradas estratégicas por seus participantes, os quais direcionaram ações para a identificação de recursos e oportunidades que poderiam ser disponibilizados por parceiros e para a definição de cadeias produtivas (CORTEGOSO, 2009). Ao que parece, caso fossem firmadas parcerias com outros grupos de atores para a disponibilização de conhecimento, seria aliviada a sobrecarga existente perante as instituições de ensino (mais precisamente o Numi-Ecosol), as quais poderiam dispender esforços para atuarem em outras frentes de ação planejadas, por exemplo no apoio à estruturação da rede de "prossumidores".

Além dos impactos envolvendo a disponibilização de conhecimento, a circulação de moeda social e a consolidação de uma rede de "prossumidores", o impacto de divulgação do banco comunitário também deve ser considerado na identificação das parcerias indispensáveis para o banco comunitário, pois sem a participação e o reconhecimento da comunidade (SILVA JUNIOR, 2007) estas

práticas perdem seu sentido de existência. Além disso, pode-se observar na tabela 07 (coluna de "ações para análise") que o impacto "divulgação do banco comunitário" apresentou-se como o mais presente, aparecendo em seis dos sete grupos de atores/parceiros analisados. Esse fato evidencia que, durante as oficinas, a divulgação do banco comunitário não foi pensada como uma possível ação para a maioria dos atores/parceiros, abrindo novas possibilidades de ação para os mesmos.

Nesse contexto, foram apontadas como potenciais para contribuição as parcerias com as instituições de ensino e com a própria comunidade. Entretanto, tais impactos devem ser analisados sob o ponto de vista das potencialidades de todos os grupos de atores e, verificadas as possibilidades de ação, firmadas as parcerias.

A partir dos apontamentos realizados, a presente dissertação de mestrado atinge seu objetivo de identificar as parcerias indispensáveis para a resolução/mitigação das dificuldades experimentadas pelo Banco Comunitário Nascente. Conforme planejado, os resultados do trabalho forneceram os subsídios metodológicos e técnicos necessários para que, sob o viés das relações de parceria, tais dificuldades fossem minimizadas.

Nesse sentido, a execução e o relato das oficinas com os trabalhadores do Banco Comunitário Nascente evidenciaram as potencialidades do planejamento participativo nessas práticas, fornecendo subsídios metodológicos para a apropriação do conhecimento pelo corpo social e a consequente promoção da autonomia do coletivo.

Ainda, os problemas vivenciados pelo Banco Comunitário Nascente (apresentados na tabela 02) possuem similaridades com os problemas "padrão" dos bancos comunitários apontados por Silva Junior (2007), principalmente no que tange à "capacitação dos trabalhadores" e à "captação de fundos". Pelo fato de possuírem as mesmas origens metodológicas e, conseqüentemente, dificuldades similares, o relato das estratégias e práticas executadas na experiência são-carlense fornece subsídios técnicos para bancos comunitários de desenvolvimento em outros contextos de experimentação.

Tendo esses aspectos em mente é possível afirmar que a presente dissertação de mestrado validou suas duas hipóteses. Primeiramente, por que a metodologia de planejamento participativo proporcionou as informações necessárias para que fossem feitas as afirmações sobre as parcerias. Posteriormente, por que foram evidenciadas ações dos atores/parceiros que contribuem/poderiam contribuir com a minimização dos problemas vivenciados pelos trabalhadores do Banco Comunitário Nascente.

Finalizo essa dissertação com um sentimento quase que incontido de observar as estratégias apontadas funcionando na realidade, conquistar a plenitude após ter cumprido meu papel científico. Entretanto, o "meu" se dissolve nessa grande rede que é a construção do conhecimento. A consequência disso é a desapegada sensação de que esse conhecimento não tem um fim, mas que deve ser continuamente trabalhado para que faça sentido em seu contexto atual.

Olhando esta dissertação dessa forma, seria importante acompanhar as consequências do trabalho realizado para o Banco Comunitário Nascente (assimilação do conhecimento, articulação de relações de parceria, consequências na resolução/mitigação dos problemas, etc).

Outro ponto de continuidade seria a identificação de diferentes formas e métodos para obtenção e análise de informações com foco na resolução de problemas. Assim como neste trabalho, essas ações poderiam se valer de adaptações metodológicas e analogias, principalmente das áreas das exatas. Concordando com Balbachevsky (2011), essa transdisciplinaridade é fundamental para a solução de problemas colocados pela sociedade e vai de encontro com as prerrogativas da área de conhecimento CTS.

Por fim, seria importante observar, analisar e disseminar informações similares oriundas de outros contextos, de forma a facilitar o intercâmbio e enriquecer as experiências dos bancos comunitários. A partir do direcionamento da produção científica no sentido da solução de problemas observados na realidade e colocados pela sociedade, tais ações contribuiriam com o aperfeiçoamento deste saber e com o fortalecimento de práticas que sirvam de fato a um efetivo (e ainda esperado) desenvolvimento socioeconômico.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. 232-241.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica. Cadernos CRH, v.24, n.63, p. 503-518, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-49792011000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE. Inauguracao do banco comunitário Nascente. Disponível em: <<http://banconascente.wordpress.com/2012/07/02/inauguracao-do-banco-comunitario-nascente-23062012/>>. Acesso em 24 de nov. de 2012.

BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE. Início. Disponível em: <<http://banconascente.wordpress.com/>>. Acesso em 09 de jul. de 2014.

BUARQUE, S.C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro. 3 ed. Garamond. 2006.

CAMBIAGUI, B. P. Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos – SP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012. 148 p.

CAPACLE, C. A política social da economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CARRETTA, R. Y. D. . Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: inserção das mulheres no mercado de trabalho. In: Seminário Internacional Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur, 2001, Montevideo, Uruguai. Trabajo, género, y ciudadanía en los países del Cono Sur. Montevideo, Uruguay : Cinterfor, 2001. pg. 155-162.

CARTA DE PRINCÍPIOS PT. Documento Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores lançado publicamente no dia 1º de maio de 1979.

CARVALHO, R. A. A. e TRAJANO, A. R. C. Economia Solidária e Processos Psicossociais: autogestão, autonomia e solidariedade em construção. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra – Portugal. 2004.

CASTELLS, M. O Poder da Identidade. Lisboa. Gulbenkian. 2003.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMORIAL SINDICAL DA CUT. Dicionário Biográfico Período Pré-CUT. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/dicionario-biografico/180>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

COELHO, F. D. A HISTÓRIA DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. João Pessoa. 2003.

CORTEGOSO, A. L. et al. Desenvolvimento territorial por meio da economia solidária: o papel das iniciativas financeiras. In: V Encontro Nacional e III Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 28 a 30 de Outubro, 2009.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR, v. 7, n. 1, p. 153-173, jan-abr/2011, Taubaté, SP, Brasil.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. Sobre o FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1979.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1988.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. Curso dado no Còllege de France (1977 – 1978). Tradução de Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. e SILVA JR., J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro: o caso do banco Palmas. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (orgs.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p.97-116.

FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, I, 23-25 de maio de 2007, Juazeiro do Norte, Ceará. Anais..., 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um Marco Teórico-analítico para a Experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al. (Org). Gestão social: Práticas em Debate, Teorias em Construção. Juazeiro do Norte, 2008. p. 117-128.

FRANÇA FILHO, G. C. Moedas sociais e territórios na experiência dos Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. In XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

FRANÇA FILHO, G. C. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1

FREIRE, M. V. Moedas Sociais - contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

FREIRE, M. A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira. In: Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. In Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT.1999.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. Editora Atlas. São Paulo. 2008.

HAYASHI, M.C.P.I, ZAUIH, G., BELLO, S. F. Sociologia da Ciência: Primeiras Aproximações ao Campo. Revista Tecnologia e Sociedade, 2 a edição, 2010.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (Org). Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p.175-198. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Infográficos: Histórico de São Carlos (SP). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=354890&search=sao-carlos>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Conhecimento e cidadania: tecnologia social. São Paulo: ITS, 2007. v. 1.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Incubação de Cooperativas Populares e de Empreendimentos Econômicos Solidários. A INCOOP da Universidade Federal de São Carlos. Projeto de Comunicação do Instituto de Tecnologia Social Apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Secretaria da Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS). 2010.

LAVILLE, J. L. Fato associativo e economia solidária. In: BAHIA: análise e dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.12, n.1, p.25-33, junho 2002.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro [et ali.]. Dicionário Internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162-168.

LEITE, J. C. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. Colaboração de Carolina Gil. Coleção Brasil Urgente. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2003.

MANCE, E. A. A Consistência das Redes Solidárias. Perspectiva Filosófica, v. 8, n. 16, Julho/ Dezembro, 2001.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MANCE, E. A. A Revolução das Redes de Colaboração Solidária. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 2005.

MANIFESTO PT. Documento do Partido dos Trabalhadores Aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion (SP) e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. Autopoiesis: The Organization of the Living. In: Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living (Maturana & Varela 1980), pp. 59-138. Dated 1973. First published 1972 in Chile under the title De Maquinas y Seres Vivos, Editorial Universitaria S.A.

MELO, L. C. O Planejamento Estratégico e a Prospecção de Cenários: uma Experiência no Instituto Lauro de Souza Lima. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo. 2006.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade. Fortaleza: Arte visual. 2007.

MEZZACAPPA, G. G. et al. Educação para lidar com resíduos como parte da educação para o consumo ético, solidário e responsável: uma proposta didática para o ensino fundamental. In: VII Seminário Ibérico/ III Seminário Ibero-americano CTS no ensino das Ciências "Ciência, Tecnologia e Sociedade no futuro do ensino das ciências". 2012.

MONIZ DOS SANTOS, M. E. V. Cidadania, conhecimento, ciência e educação CTS: Rumo a "novas" dimensões epistemológicas. Rev. Iberoam. cienc. tecnol. soc. [online]. 2005, vol.2, n.6, pp. 137-157. ISSN 1850-0013.

NUMI ECOSOL UFSCAR. Empreendimentos Econômicos Solidários - Banco Comunitário Nascente. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/numi-ecosol/empreendimentos/banco-comunitario-nascente>>. Acesso em 09 de jul. de 2014.

OLIVEIRA, I. P. Processo de Implantação e Institucionalização da Política Pública de Economia Solidária no Município de São Carlos. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade. Convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins com interveniência da UFT e parceria do GAPI-UNICAMP. 2012.

OLIVEIRA, M. C. S. B. Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. Dissertação apresentada ao PPGCTS / UFSCar. São Carlos-SP. 2012.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

PASSOS, O. A. V. D. Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração. UFBA. Bahia. 2007.

PEREIRA, M. F. Planejamento Estratégico: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHO, J. A. G. e SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro 43(6): 1343-1368. nov/dez 2009.

PIRES, A. S. Autogestão, Economia Solidária e Gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFSCar. São Carlos. 2010.

PORTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR. Rede de ITCPs. Disponível em: <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/rede_itcp.php>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ECONOMIA SOLIDÁRIA – Atribuições da SENAES. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-de-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC. Ações do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES). Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/163446-acoes-do-departamento-de-apoio-a-economia-solidaria.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC. Marco Legal da Economia Solidária no Município. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/163441-marco-legal-da-economia-solidaria-no-municipio.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC. Centro Público de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/163442-centro-publico-de-economia-solidaria.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC. A Economia Solidária e o Programa de Fomento à Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/163445-a-economia-solidaria-e-o-programa-de-fomento-a-economia-solidaria.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC. Prefeitura Inaugura Banco Comunitário na Região do Gonzaga. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162363-prefeitura-inaugura-banco-comunitario-na-regiao-do-gonzaga.html>>. Acesso em 09 de jul. de 2014.

RUWER, L. M. E. Incubadoras Universitárias na Economia Solidária: embriões da transformação? Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2011.

SALOMÃO, S. Intenções e gestos da política pública de economia solidária na afirmação dos direitos sociais : um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos. 2010. 81 f.

SANTANA, C. A. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o Apoio à Promoção do Desenvolvimento Local: o Caso do Banco Ilhamar. Dissertação de mestrado. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

SANTOS, A. P. Trajetórias do PT e do MST: a ação política entre a resistência e a institucionalização. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina. 2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/artesanato/sobre-artesanato/empreendimentos-coletivos/associacao>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2012.

SILVA JUNIOR, J. T. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, X, 11-13 de dezembro de 2006, Salvador, Bahia. Anais..., 2006.

SILVA JUNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. VI Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe. 8 a 11 novembro de 2007. Salvador - Bahia, Brasil.

SILVA, E. L. e MENEZES. E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SINGER, P.A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Org. SANTOS, B. de S. 2002 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P.81-129

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

UNITRABALHO. Estatuto Social da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO. Aprovado em 10 de outubro de 2007.

UNITRABALHO. Nossa História. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article1>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

VELHO, Lea. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. In: Sociologias, v.13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/06.pdf>>.

VESSURI, H. M. C., Perspectivas Recientes em el Estudio Social de la Ciencia. Fin de Siglo. Universidade del Valle. 1992.

ZANIN, M. et al. Constituição de Rede de Colaboração entre Empreendimentos Econômicos Solidários para Promoção de Desenvolvimento Territorial no Município de São Carlos/SP. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador-BA. 07 a 10 de agosto de 2011.

ZACKIEWICZ, M. Coordenação e organização da inovação: perspectivas do estudo do futuro e da avaliação em ciência e tecnologia. Parcerias Estratégicas, Brasília, 193-214. 2003.

Anexos

a)

Figura 07: Panfletos de Divulgação Banco Comunitário Nascente.

O QUE É O BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE?

O Banco Comunitário Nascente é uma associação de pessoas dos Bairros: Jardim Gonzaga, Vila Conceição, Vila Madre Cabrini, Pacaembu, Monte Carlo e Cruzeiro do Sul, da cidade de São Carlos/SP. Este grupo se organizou para oferecer serviço financeiro e bancários à comunidade, sem burocracia, de um jeito fácil!

QUAL SERVIÇO É OFERECIDO PELO BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE?

Desde junho de 2012, o Banco Nascente já oferece crédito produtivo para os pequenos produtores e comerciantes do bairro. A partir do dia 13 de maio, ele passará a oferecer crédito para o consumo dos moradores em moeda social que se chama VIDA!

O QUE É A MOEDA SOCIAL VIDA?

É a moeda social criada pela comunidade e que pode ser utilizada como o real (R\$) para atender as necessidades emergenciais ou os desejos de consumo. A diferença é que a moeda social só circula dentro do bairro, fazendo com que o dinheiro da população não saia do bairro e deixando ele mais rico.

COMO POSSO UTILIZÁ-LA?

A moeda social VIDA pode ser utilizada nos comércios locais cadastrados pelo Banco Comunitário Nascente, ou seja, o morador ou moradora que tiver a moeda VIDA em mãos poderá comprar qualquer produto destes comerciantes utilizando a moeda social. Funciona que nem o real: uma VIDA vale o mesmo que um REAL, dez VIDAS é igual a DEZ REAIS, e assim por diante.

DROGARIA E PERFUMARIA UNIÃO
Rua Francisco Marigo, 795
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16) 3375-1309

CASA DE CARNES FILÉ DE OURO
Rua Francisco Marigo, 850
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16) 3366-4007

COMERCIAL DORI
MATERIAIS ELÉTRICOS,
HIDRÁULICA, FERRAGENS E
FERRAMENTAS
Rua Nações Unidas, 240
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16) 9745-7470

LIMPSOL
PRODUTOS DE LIMPEZA
Rua Júlio Rizzo, 475
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16) 9765-5495

SABÃO RECICLA
Rua Júlio Rizzo, 475
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16)

ROTISSERIA ÁGUA NA BOCA
Rua República do Líbano, 555
Jd. Cruzeiro do Sul
TEL. (16) 3416-5408

SACOLÃO CRUZEIRO
Rua Júlio Rizzo, 29
Jd. Cruzeiro do Sul

PADARIA PAULISTA
Rua Maranhão, n. 87
Jardim Gonzaga

LUZIA COSTUREIRA
Rua Pernambuco, n. 09
Jardim Gonzaga

BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE

COMO POSSO CONSEGUIR A MOEDA SOCIAL VIDA?

Você pode conseguir a moeda social VIDA de vários jeitos:

- pedindo empréstimo (sem juros!) para o Banco Nascente
- indo ao Banco Nascente e trocando seus reais por VIDA
- se você for comerciante ou produtor, aceitando a moeda VIDA no seu estabelecimento
- se você for consumidor, aceitando o troco do comércio em moeda social

ONDE FICA O BANCO COMUNITÁRIO NASCENTE?

O Banco Nascente fica localizado dentro do CRAS Pacaembu, na rua Paraná, n. 720. Telefone (16) 3375-7505 Ramal 23.

MAS ATENÇÃO!!!!
APESAR DO BANCO NASCENTE TER SUA SEDE EM UMA SALA EMPRESTADA PELA PREFEITURA, ELE É UM BANCO DA COMUNIDADE, E NÃO DA PREFEITURA!!!
VENHA SABER COMO PARTICIPAR DO BANCO!!!

b)

Tabela 09: Teses e Dissertações Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Título	Autor	Nível	Instituição	Programa	Ano	Palavras-chave
Banco Palmas e Políticas Públicas no Conjunto Palmeiras: um Estudo sobre o Desenvolvimento Humano Sustentável e o Trabalho Solidário (1998-2002)	Jorge Luiz Cunha Lima	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará	Políticas Públicas e Sociedade	2003	Trabalho Solidário, Banco de Crédito Popular, Socioeconomia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano Sustentável.
Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: a Experiência da Asmoconp/Banco Palmas	Jeová Torres Silva Júnior	Mestrado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2004	Gestão, Associativismo, Economia Solidária, Empreendimento Solidário.
Coerência e Aderência da Economia Solidária: um Estudo de Caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul	Fabiano Mourão Vieira	Doutorado	Universidade de São Paulo	Ciências Econômicas	2005	não há
Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade	Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran Passos	Mestrado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2007	Economia Solidária; Finanças Solidárias; Banco Comunitário.
Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a Experiência do Banco Palmas	Antonio George Lopes Paulino	Doutorado	Universidade Federal do Ceará	Sociologia	2008	não há
Microcrédito Emancipatório no Nordeste do Brasil?: Estudo de Caso do Crediamigo Comunidade nos Municípios de Caucaia-Ce e Maranguape-Ce	Carlos Idelfo Araújo Bandeira	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Administração	2008	Microcrédito. Empowerment. Capital social. Educação emancipatória. Crediamigo Comunidade.
Incubação de Redes de Economia Solidária: Limites e Possibilidades de uma Metodologia de Intervenção para o Desenvolvimento Local - O Caso Eco-Luzia	Eduardo Vivian Da Cunha	Mestrado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2008	redes, economia solidária, incubação.
Bancos Comunitários e a Economia Solidária: Estratégias de Desenvolvimento de Baixo para Cima em Montes Claros-MG	Yara Mendes Cordeiro Araújo	Mestrado	Universidade Estadual de Montes Claros	Desenvolvimento Social	2009	economia plural. economia solidária. bancos comunitários. finanças solidárias. Desenvolvimento.
Bancos Comunitários: Impactos do Microcrédito e sua Influência nas Famílias da Região Metropolitana de Pernambuco	Aluisio Gondim Da Silva	Mestrado	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Administração e Desenvolvimento Rural	2009	Microcrédito. Banco Comunitário. Renda.
Os Bancos Comunitários e o Empoderamento dos Clientes? Avaliação da Experiência do Crediamigo do Banco do Nordeste	Charles Diniz Leandro	Mestrado	Universidade Federal do Ceará	Avaliação de Políticas Públicas	2009	Microcrédito, Banco do Nordeste, Bancos Comunitários, Programa Crediamigo, Crediamigo Comunidade, Pobreza, Empoderamento.

b) Tabela 09: Teses e Dissertações Bancos Comunitários de Desenvolvimento (cont.)

Título	Autor	Nível	Instituição	Programa	Ano	Palavras-chave
Uma Análise da Atuação dos Bancos no Brasil, o Papel do Crédito no Desenvolvimento Local	Alan Andrade Luz	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	Administração	2009	não há
Redes de Colaboração Solidária: um Estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE	Flávio Henrique Dos Santos Foguel	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	Administração	2009	Redes sociais, economia solidária, comunidade, capital social.
Bancos Comunitários de Desenvolvimento: um Estudo sobre a Implementação dos Bancos Comunitários Ligados ao Movimento de Moradia no Município de São Paulo	Daniel Bruno Garcia	Mestrado	Fundação Getúlio Vargas	Administração Pública e Governo	2010	inclusão financeira; bancos comunitários; disseminação; movimento de moradia do município de São Paulo.
Mulheres nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia: Percepções de Gênero das Agentes de Crédito sobre seu Papel Profissional	Alice Helena Girdwood Mattos	Mestrado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2010	Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Gênero. Agente de Crédito – papel profissional.
Rede de Economia Solidária e Papel da Moeda Social no Município de Dourados, Mato Grosso do Sul	Mariluce Fernandes	Mestrado	Universidade Católica Dom Bosco	Desenvolvimento Local	2010	Economia Solidária; Moeda Social; Desenvolvimento Local
Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o Apoio à Promoção do Desenvolvimento Local: o Caso do Banco Ilhamar.	Clarissa Almeida De Santana	Mestrado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2011	Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Desenvolvimento Local. Redes Locais de Economia Solidária. Finanças Solidárias.
Educação, Microcrédito e Pobreza no Brasil: o Caráter Educativo do Microcrédito Produtivo Orientado – o Caso do Banco Revelação no Ceará	Clébia Mardônia Freitas Silva	Doutorado	Universidade Federal do Ceará	Educação Brasileira	2011	Educação. Microcrédito Produtivo. Emancipação. Regulação.
Lutas na Cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio	Marta De Aguiar Bergamin	Doutorado	Universidade Federal de São Carlos	Sociologia	2011	Cidade, Trabalho, Mutirão, Economia Solidária, Banco Comunitário.
Moedas Sociais: Contributo em Prol de um Marco Legal e Regulatório para as Moedas Sociais Circulantes Locais no Brasil	Marusa Vasconcelos Freire	Doutorado	Universidade de Brasília	Direito, Estado e Constituição	2011	Direito Constitucional e Economia Social; Banco Central e Economia Solidária; Finanças Solidárias; Banco Comunitário; Moedas Sociais.
Economia Solidária: uma Investigação sobre suas Iniciativas	Clara Maria Guimarães Marinho Pereira	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas	Desenvolvimento Econômico	2011	Economia Solidária, Desemprego, Pobreza, Geração de Trabalho e Renda, Movimentos Sociais.

b) Tabela 09: Teses e Dissertações Bancos Comunitários de Desenvolvimento (cont.)

Título	Autor	Nível	Instituição	Programa	Ano	Palavras-chave
De Trabalhador à Empreendedor: uma Análise das Formas de Produção e Reprodução da Força de Trabalho no Brasil e no Exterior	Karina Fortete	Mestrado	Universidade de São Paulo	Integração da América Latina	2012	produção e reprodução das forças de trabalho; economia solidária; bancos comunitários de desenvolvimento
Influência das Características Socioeconômicas, Capacidade de Gestão e Comportamento Empreendedor no Sucesso de Empreendedores Participantes do Programa de Microcrédito do Banco Palmas	Gilberto Barroso Da Frota	Mestrado	Universidade de Fortaleza	Administração de Empresas	2012	empreendedorismo; economia solidária; microcrédito
A Implantação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento: um Estudo de Caso sobre o Processo Organizativo Comunitário.	Sarah Araújo De Lucena	Mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Gestão em Organizações Aprendentes	2013	Economia solidária; Organização comunitária; Banco comunitário de desenvolvimento
A Formatação do Banco Comunitário Liberdade em Manaus: Bloqueios e Perspectivas	Mara Cristina Maia Da Silva	Mestrado	Centro Universitário de Araraquara	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	2013	Economia Solidária, Microcrédito, Moeda Social, Bancos Comunitários, Manaus.
Da Solidariedade à Economia Solidária: um Estudo sobre os Processos Socioespaciais Ocorridos no Conjunto Palmeiras (FORTALEZA-CE)	Marcelo Cunha Varella	Mestrado	Universidade do Estado de Santa Catarina	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	2013	Economia Solidária. Banco Palmas. Bancos Comunitários. Conjunto Palmeiras. Sociedade Civil.
A implantação de bancos comunitários e desenvolvimento social: o Banco Palmas - CE e o União Sampaio – SP	MAXIMILIANO ENGLER LEMOS	Mestrado	Universidade Federal de São Carlos	Engenharia Urbana	2013	Engenharia urbana; Bancos comunitários; Planejamento urbano; Tecnologias sociais
MOEDAS SOCIAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL: APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES, TEÓRICAS E PRÁTICAS	ARIÁDNE SCALFONI RIGO	Doutorado	Universidade Federal da Bahia	Administração	2014	Economia; Economia solidária
Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária e desenvolvimento local	JACIARA GOMES RAPOSO	Mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Gestão em Organizações Aprendentes	2014	não há